



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
LICENCIATURA E BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DELQUE PANTOJA MEDEIROS
RUBIELI DE ABREU OLIVEIRA

**UM ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DA CRIMINALIDADE URBANA
VIOLENTA NAS MATÉRIAS DE JORNAIS EM MACAPÁ-AP**

MACAPÁ-AP
2015

DELQUE PANTOJA MEDEIROS
RUBIELI DE ABREU OLIVEIRA

**UM ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DA CRIMINALIDADE URBANA
VIOLENTA NAS MATÉRIAS DE JORNAIS EM MACAPÁ-AP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Amapá, como pré-requisito para obtenção do título de graduado em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado), sob orientação do Prof. Dr. Ed Carlos de Sousa Guimarães.

MACAPÁ-AP
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

303.6098116 M488e	<p>Medeiros, Delque Pantoja.</p> <p>Um estudo sobre as representações da criminalidade urbana violenta nas matérias de jornais em Macapá-AP / Delque Pantoja Medeiros, Rubieli de Abreu Oliveira; orientador, Carlos de Sousa Guimarães. -- Macapá, 2015. 60 p.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais.</p> <p>1. Criminalidade – Macapá. 2. Representações. 3. Campo jornalístico. Discursos. I. Oliveira, Rubieli de Abreu. II. Guimarães, Carlos de Sousa, (orient). III. Fundação Universidade Federal do Amapá. IV Título.</p>
----------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DELQUE PANTOJA MEDEIROS
RUBIELI DE ABREU OLIVEIRA

**UM ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DA CRIMINALIDADE URBANA
VIOLENTA NAS MATÉRIAS DE JORNAIS EM MACAPÁ-AP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Amapá, como pré-requisito para obtenção do título de graduado em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado), submetido à banca examinadora composta pelos professores (as):

Aprovado em: __/__/__

Conceito:

Banca Examinadora

Prof^o Dr. Ed Carlos de Sousa Guimarães (Orientador)

Instituição: UNIFAP

Prof. Ms. Adriana Tenório da Silva (Examinadora 1)

Instituição: UNIFAP

Prof. Ms. Luciano Magnus de Araújo (Examinador 2)

Instituição: UNIFAP

DEDICATÓRIA

*Ao meu Deus altíssimo pela força e
direcionamento nessa estrada chamada vida.
Ao meu amigo Luan Jeferson que faleceu em
09 de Abril de 2014 vítima da criminalidade
urbana, sua lembrança nunca de apagará.*

AGRADECIMENTOS

A Deus por muitas bênção recebidas, a minha família e em especial a irmã Marli Pantoja e ao meu cunhado Eraldo Melo por ter sido o meu alicerce de sustentação nesse período da graduação.

Aos meus amigos petianos e ao grupo de pesquisa GEPVIC, de onde fui membro e também à turma de Ciências Sociais de 2010 pelo companheirismo, e especialmente a minha amiga Jaqueline ferreira pelas suas contribuições; Luis Leal que tive a oportunidade de conhecer na graduação, uma amizade para vida toda, e a minha companheira de pesquisa como bolsista do PROBIC e TCC Rubieli Abreu.

Minha gratidão ao meu tutor Prof. Dr. Ed Carlos Guimarães pela sua paciência e dedicação em suas orientações e sua importância na minha formação.

Delque Pantoja

Aos meus pais Raimunda Conceição e Raimundo Abreu, obrigada pela educação, pelas pequenas vitórias todos os dias e pelos incentivos desde meus primeiros anos de estudo. Aos meus irmãos Robson e Rubenilson pelas alegrias e companhia do dia-a-dia.

A todos os meus familiares e parentes, em especial a minha prima Vitória e meus avós Manoel Oliveira e Alaide Parente com quem estou tendo a alegria de conviver mais. Ao meu namorado Rodrigo Sarges pelo constante apoio e pela compreensão.

A minha professora das séries iniciais Cristina que me mostrou a importância da educação e sempre acreditou em mim.

A minha turma de Ciências Sociais 2010 por todos os momentos de alegria e pelo conhecimento que compartilhamos.

Ao orientador deste trabalho Prof. Dr. Ed Carlos pelo incentivo, pelo apoio, pelo acompanhamento constante, por seu tempo, e pelas críticas sempre construtivas que contribuíram muito para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus amigos do grupo PET Ciências Sociais pelas reuniões e atividades sempre proveitosas.

Rubieli Oliveira

Congresso Internacional do Medo

Provisoriamente não cantaremos o amor, que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos. Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços, não cantaremos o ódio, porque este não existe, existe apenas o medo, nosso pai e nosso companheiro, o medo grande dos sertões, dos mares, dos desertos, o medo dos soldados, o medo das mães, o medo das igrejas, cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos democratas, cantaremos o medo da morte e o medo de depois da morte.

Depois morreremos de medo e sobre nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas.

*(Carlos Drummond de Andrade em
“Sentimento do Mundo”).*

RESUMO

Este trabalho, resultado de pesquisa bibliográfica e documental, analisa as representações sobre a criminalidade urbana presentes em matérias de jornais impressos amapaenses, quais sejam: os jornais A Gazeta, Jornal do Dia e Diário do Amapá. A pesquisa documental procedeu à seleção de 125 matérias referentes às práticas de roubos, furtos e latrocínios ocorridos na cidade de Macapá no ano de 2012, além de 07 matérias de cunho estatístico, 03 artigos de opinião e 01 editorial com o objetivo de analisar as representações do fenômeno criminal. Tais representações decorrem da complexa relação entre o campo midiático e a sociedade, bem como das interações promovidas pela mídia impressa entre os principais atores sociais que compõem a narrativa sobre os crimes (vítimas e acusados), apresentados, por sua vez, por meio de capitais simbólicos distintos. Durante a análise foram identificadas tipologias narrativas (discursos) específicas, dependendo das práticas criminosas ocorridas (furto, roubo ou latrocínio) e/ou da condição de “vítima” ou “acusado”. Assim, as representações sobre a criminalidade urbana, produzidas pelos jornais, são resultado dos critérios de seletividade utilizados pela mídia impressa, o que gera processos de acusação e incriminação dos indivíduos que supostamente cometeu o crime, cumprindo dupla função: de um lado, expressa uma tentativa de sensibilizar o leitor com relação à vítima; de outro, banaliza e espetaculariza a violência na cidade. O que emerge daí é a figura do bandido ou do criminoso, apresentado como responsável pela desordem e insegurança.

Palavras-chave: Criminalidade. Representações. Campo jornalístico. Discursos.

ABSTRACT

This work, the result of bibliographical and documentary research, analyzes representations about urban crime present in matters of Amapá Newspapers, namely: newspapers The Gazette, Journal of the Day and Daily Amapá. The desk research carried out the selection of 125 stories for theft practices, thefts and robberies occurred in the city of Macapa in 2012, and 07 issues of statistical nature, opinion articles 03 and 01 editorial in order to analyze the representations the criminal phenomenon. Such representations arise from the complex relationship between the media field and the society as well as the interactions promoted by the print media between the main social actors that make up the narrative of the crime (victims and defendants), presented, in turn, through capital distinct symbolic. During the analysis narratives types were identified (speeches) specific, depending on the criminal practices occurred (theft, burglary or robbery) and / or condition "victim" or "accused". Thus, the representations of urban crime, produced by the newspapers, are the result of the selective criteria used by the print media, which leads to prosecutions and prosecution of individuals who allegedly committed the crime, fulfilling two functions: on the one hand, expresses an attempt to sensitize the reader with respect to the victim; on the other, and trivializes espetaculariza violence in the city. What emerges is thus the figure of the villain or criminal, presented as responsible for the disorder and insecurity.

KEY WORDS: Criminality. Representations. Journalistic Field. Speeches.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – ACUSADO 1.....	30
IMAGEM 2 – ACUSADO 2.....	30
IMAGEM 3 – ACUSADO 3.....	31
IMAGEM 4 – ACUSADO 4.....	31
IMAGEM 5 – ASSALTANTE SE ENTREGANDO PARA A POLÍCIA.....	44
IMAGEM 6 – LIBERAÇÃO DE UMA DAS REFÉNS.....	44
IMAGEM 7 – VELÓRIO DA VÍTIMA.....	47

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -- TÍTULO DE NOTÍCIAS ENVOLVENDO GRANDE QUANTIAS DE DINHEIRO.....	38
QUADRO 2 -- TÍTULO DE NOTÍCIAS SOBRE LATROCÍNIOS COM RELAÇÃO AO CAPITAL SIMBÓLICO FAMILIAR.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS

BOPE – Batalhão de Operações Especiais

BRPM – Batalhão de Rádio Patrulhamento

CESEIN – Centro Sócio Educativo de Internação

CIOSP – Centro Integrado em Operações de Segurança Pública

CTI – Centro de Terapia Intensiva

DECCP – Delegacia Especializada em Crimes Contra o Patrimônio

DECIPE – Delegacia Especializada em Crimes Contra a Pessoa

GEPVIC – Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Violências e Criminalizações

HE – Hospital de Emergências

IAPEN – Instituto de Administração Penitenciária

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PET – Programa de Educação Tutorial

PM – Polícia Militar

PROBIC – Programa de Bolsas de Iniciação Científica

PROVIC – Programa Voluntário de Iniciação Científica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I: CRIMINALIDADE URBANA VIOLENTA: MEDO E INSEGURANÇA.	17
1.1 A Violência no mundo moderno	17
1.2 A Violência Patrimonial urbana: o medo e a insegurança	21
CAPÍTULO II: REPRESENTAÇÕES DA CRIMINALIDADE PATRIMONIAL URBANA	27
2.1 O “campo” jornalístico e suas técnicas de representação	27
2.2 Os critérios de noticiabilidade	32
CAPÍTULO III: OS DISCURSOS E A CONSTRUÇÃO DOS ATORES SOCIAIS	39
3.1 O discurso banalizador/ espetacularizador.....	39
3.2 O discurso sensibilizador	44
3.3 O discurso acusador	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos o discurso midiático percebemos que a criminalidade urbana violenta é representada constantemente nos diversos meios de comunicação. O seu impacto na sociedade e o interesse que ela produz servem como fundamento para a produção de notícias todos os dias a respeito desse fenômeno.

Entender tão complexa representação é um dos objetivos deste trabalho. Pois não é fruto unicamente da mídia, mas da relação entre esta e os diversos atores sociais que, de uma maneira ou de outra, são afetados ao mesmo tempo em que participam dessa representação.

Apesar de nos dias atuais poucas pessoas lerem jornais impressos, inegavelmente estes tem papel fundamental na formação da cultura midiática. Os jornalistas – não só os que publicam em jornais impressos, mas também os de noticiários televisivos, de blogs e páginas na internet, etc. – leem jornais impressos.

O trabalho é resultado de pesquisa intitulada “Representações da Criminalidade Urbana: Medo e Insegurança Social no Estado do Amapá” realizada pelo Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Violências e Criminalizações – GEPVIC da Universidade Federal do Amapá. Analisamos 125 matérias sobre furtos, roubos e latrocínios – que integram a criminalidade patrimonial urbana – com o objetivo de identificar nuances nas representações do crime e dos principais sujeitos envolvidos no mesmo (vítimas e acusados). Além de sete matérias de cunho estatístico – que, em sua maioria, fazem menção ao aumento da violência –, três de artigos de opinião e um editorial.

Este trabalho é fruto também de debates que tinham como principal temática o fenômeno das violências, realizados pelo GEPVIC juntamente com o Programa de Educação Tutorial (PET) Ciências Sociais sob a orientação do prof. Dr. Ed Carlos Guimarães. Estivemos diretamente nesse período envolvido na pesquisa, por meio do Programa Voluntário de Iniciação Científica – PROVIC e Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PROBIC no período de 2012-2013. Já no ano de 2014, decidimos dar continuidade às reflexões iniciadas, dessa vez em âmbito de TCC. O trabalho é resultado da pesquisa intitulada “Representações da Criminalidade Urbana: Medo e Insegurança Social no Estado do Amapá”.

O trabalho busca analisar as interseções entre as notícias da criminalidade urbana veiculadas nos jornais de Macapá/AP e a construção estereotipada do crime, do criminoso e

da vítima, além de refletir sobre os discursos da violência urbana articulada com a produção social do medo e da insegurança.

A pesquisa é de cunho documental e bibliográfico e analisou apenas os casos ocorridos nos bairros da cidade de Macapá presentes em notícias do ano de 2012 de três jornais: A Gazeta, Jornal do Dia e Diário do Amapá. A coleta se fez com jornais nos formatos digital e impresso, sendo a maior parte das matérias coletadas na biblioteca Elcy Lacerda localizada em Macapá/AP. O acervo incompleto da biblioteca impossibilitou a análise da regularidade sequencial dos crimes. Para coletar dos dados foi preciso desde o início da pesquisa adotar um tipo de esquema que deveria conter elementos essenciais de cada caso – cujo formato foi desenvolvido a partir das leituras dos jornais – e as informações quantitativas e qualitativas que achávamos necessárias para análise bem como a transcrição completa das matérias.

Nessas notícias os atores sociais: vítimas e acusados possuem capitais simbólicos distintos que permeiam as narrativas e constroem a qualificação desses atores através da dicotomia bem *versus* mal.

Em geral as vítimas são identificadas de acordo com o sexo, idade, nome e trabalho, enquanto que os acusados são identificados pelo sexo, idade, nome e apelido. Em alguns casos à vítima são atribuídos valores familiares, religiosos e são socialmente construídos a partir da narrativa de sua vida anterior ao crime; já ao acusado são atribuídos valores negativos como seu desapego à moral e seus antecedentes criminais, por exemplo.

Foram identificados vários tipos de narrativas jornalísticas que abordamos aqui como discursos. Abordaremos três discursos encontrados durante a análise das notícias: o *banalizador/espetacularizador*, o *sensibilizador* e o *acusado*. Tais discursos permeiam as notícias sobre criminalidade, e mais especificamente criminalidade patrimonial urbana, nos jornais analisados.

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito da sociologia da violência suas análises resumem-se à representação do acusado e da vítima, não foi o objetivo do trabalho analisar profundamente outros atores sociais como a polícia e o próprio jornalista.

O trabalho está dividido em três capítulos, a saber: o capítulo I, intitulado *Criminalidade Urbana Violenta: Medo e Insegurança*, tem como objetivo a apresentação das principais discussões no cenário científico a respeito das temáticas da violência e da criminalidade urbana violenta no Brasil. Discute alguns dos principais impactos da representação hegemônica da criminalidade sobre a sociedade, como a geração do medo e da

insegurança, descrédito do poder público, além da construção de classes sociais criminalizadas.

O capítulo II, intitulado *A Representação da Criminalidade Patrimonial Urbana* é destinado à análise do “campo” jornalístico constituído de leis específicas que regulam a sua produção de notícias através de elementos de censura e seletividade que são resultado da relação entre a mídia e a sociedade. A partir desses aspectos a criminalidade patrimonial urbana é representada segundo critérios que podem orientar o jornalista a escrever dando ênfase a determinado elemento do fenômeno.

O capítulo III, *Os Discursos e a Construção dos Atores Sociais* objetiva analisar mais diretamente as representações do crime, do criminoso e da vítima. Os discursos, tipos de narrativas que permeiam as notícias, são discutidos assinalando características de cada um, além de abordarmos a maneira como podemos observá-los de acordo com cada fenômeno criminal. A construção dos atores sociais, a saber: vítimas e acusados também é abordada ao analisarmos a atribuição ou não de capitais simbólicos a cada um.

CAPÍTULO I

CRIMINALIDADE URBANA VIOLENTA: MEDO E INSEGURANÇA

1.1 A violência no mundo moderno

Compreender a violência enquanto fenômeno complexo tornou-se fundamental para as sociedades atuais. A mesma está colocada num campo de disputas pelo seu estudo e tem por característica ser um espaço estratégico para se pensar e discutir a contemporaneidade (Cf. RIFIOTIS, 1995, p. 01). A sua representação é construída alicerçada em discursos que refletem pensamentos maniqueístas que caracterizam, selecionam e separam o “bem” do “mal”, discursos que permeiam o social.

Quanto à sua classificação, é necessário ressaltar que, não existe a violência, no sentido restrito do termo, mas uma pluralidade de fenômenos violentos, cada um com suas particularidades e impactos na sociedade (Cf. RIFIOTIS, 1995).

Esse campo de estudo das violências que produz classificações, segundo Rifiotis (1995), tem crescente extensão, e pode levar a sociedade a pensar que o índice de violência também está aumentando. Atrelada a esta percepção os sentimentos de medo e insegurança encontram espaço fértil para se propagarem.

Uma característica fundamental da percepção dos fenômenos violentos, segundo Porto (2002), é que a violência possui uma variabilidade histórico-cultural, o que significa dizer que muda conforme o tempo e a sociedade em que está inserida. Fazendo-se tal observação podemos perceber que isto se deve principalmente a uma mudança cultural e de percepção quanto aos direitos. Muitos grupos no decorrer da história não eram vistos como portadores de direitos específicos, mas passaram a ser, depois de vários movimentos, manifestações, revoluções, guerras, contato entre culturas, etc. Assim, é importante observar que existem dois fatores determinantes para perceber algo como violento ou não, ou se é crime ou não: a dignidade e o direito.

Isso perpassa tanto a violência física quanto a moral, dependendo da forma que cada sociedade, grupo ou indivíduo concebe o significado dos dois fatores citados é que se conceberá de fato aquilo que é ou não é violência.

Essa ideia é mais bem explicada quando recorremos à noção de *insulto moral*, por exemplo, que, segundo Oliveira “(...) (1) trata-se de uma agressão objetiva a direitos que não

pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais; e, (2) sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro.” (OLIVEIRA, 2005, p. 136). As violências não ferem necessariamente apenas corpos, mas também valores defendidos em de um determinado contexto.

Wieviorka (1997) procura formular uma nova percepção da violência, que ele aborda como um “novo paradigma”, referindo-se a mudanças profundas que ocorreram, principalmente, desde os anos 60 no mundo globalizado com os aperfeiçoamentos tecnológico e científico.

Ianni (2002) aponta para o fato de que a violência é uma problemática, não é um fenômeno que pode ser conceituado e simplificado, tem uma imensa complexidade e pluralidade e exige olhares múltiplos para possibilitar uma aproximação do que é na realidade. Mas seja qual for a sua forma ou impacto sempre se caracteriza pela anulação do “outro”, do “diferente”, do “estranho”.

Sob vários aspectos, a violência é um evento heurístico de excepcional significação. Revela o visível e o invisível, o objetivo e o subjetivo, no que se refere ao social, econômico, político e cultural, compreendendo o individual e o coletivo, a biografia e a história. (...) Explica nexos insodáveis da subjetividade de agentes e vítimas, em suas ilusões e obsessões, ao mesmo tempo que explica modalidades inimagináveis e verdadeiros paroxismos de processos e estruturas de dominação e subordinação. (...) Nasce da técnica de poder, exercita-se também como preservar, ampliar ou conquistar a propriedade. (...) Sob vários aspectos, os atos de violência revelam aspectos recônditos, insuspeitados e fundamentais de como se formam e transformam os jogos das forças sociais, as tramas das formas de sociabilidade, levando indivíduos e coletividades como em um vendaval em fúria (IANNI, 2002, pp. 8-9).

A caracterização da “violência” feita acima por Ianni leva em consideração as características objetiva e subjetiva, material e imaterial que a violência possuiu ao longo dos séculos, tais características sofrem influência da época, da sociedade e do contexto geral em que as violências estão inseridas. Entende-se que não é um fenômeno que deve ser entendido a partir de perspectivas individualistas, como se a atenção tivesse que ser voltada para os indivíduos que cometem crimes e as razões que os levam a fazer isso, mas a partir da análise das complexas estruturas sociais e dos processos de acusação e sujeição criminal (Cf. MISSE, 2008; 2010).

Ao se falar de violência no caso do Brasil, deve-se levar em consideração as mudanças intensas que ocorreram nos últimos 40 anos. Foi justamente no período de retomada às

instituições democráticas que ocorreu um aumento do índice de violência em geral. Aumento que desafiou a compreensão das diversas esferas da sociedade e que exigiu análises que acompanhassem a velocidade e intensidade dos acontecimentos (Cf. ZALUAR, 2002, p. 20).

Nesse sentido, Zaluar (2002) e Misse (1995) apontam as teses mais propagadas e equivocadas que permearam tanto a ciência quanto o senso comum. Aqui apontaremos apenas a que consideramos mais relevante para este trabalho.

Uma dessas análises mais propagadas é, segundo Misse, em que a pobreza é considerada uma causa direta da criminalidade ou do aumento da violência. Essa perspectiva atribui um estereótipo à pessoa pobre, que é considerada, além de insuficiente economicamente, também “sem instrução” ou grau de escolaridade, tais aspectos, juntos, atribuem a mesma a ideia de que é propícia a cometer crimes (Cf. MISSE, 1993; 1995). Esse discurso, no entanto, oscila em “minimizar” a culpa do acusado já que, a priori, não possuiu muitas escolhas e em atribuir, mesmo assim, culpa já que a “pobreza não justifica o crime”.

Tal análise, independente da forma do discurso, acaba por tornar o indivíduo pobre um potencial “suspeito” de crimes e juntamente a isso a observação de uma série de características físicas (que incluem roupas, calçados, mochilas, etc.), comportamentais (maneira de andar, falar, etc.) ou até o local onde o mesmo se encontra, que passam a ser atributos de um “elemento suspeito”.¹

Estes aspectos têm relação com o que Machado da Silva (2004) caracteriza como “crime comum violento”, uma expressão do desenvolvimento histórico do individualismo, em que tal fenômeno interfere radicalmente na configuração da vida cotidiana das cidades. O autor aborda a violência urbana como uma representação do imaginário social, uma construção simbólica, constituída de narrativas permeadas de tudo o que é considerado ameaça tanto à integridade física quanto ao patrimônio. No exame de Misse:

O que se chama de violência urbana é uma representação de práticas (saques à propriedade privada e ameaças à integridade física) e de modelos de condutas subjetivamente justificados; (...) é uma construção simbólica que “constitui o que descreve”. Logo, a violência urbana é um objeto, jamais um conceito. Aqui Machado critica a circularidade, comum na bibliografia, entre objeto e conceito. Violência urbana é a própria questão a ser compreendida e não o fundamento da análise. Por outro lado, enquanto representação, a violência urbana tende a ser tomada como um particular da violência em geral (outra representação) e assim reduzida a um espaço homogêneo de práticas e modelos de conduta ao longo do qual se distribuem em vários tipos (MISSE, 1997, pp.1-2).

¹ Segundo Ramos e Paiva, esses estereótipos compõem a visão que a polícia tem do “elemento suspeito” e ficam mais evidentes na maneira como as abordagens policiais ocorrem (Cf. RAMOS; PAIVA, 2005).

Machado da Silva (2004, p. 62), aponta para o fato de que “as populações que produzem esta representação e por ela organizam parte de suas condutas não são as “portadoras” (ou agentes produtores) do sentido desta ordem social”, ou seja, aqueles que constroem as representações da criminalidade urbana não se julgam fazer parte desse “mundo do crime”

A perspectiva dominante define os agentes que ameaçam a ordem pública pelas características jurídico-formais de suas atividades, como criminosos (ou seja, praticantes de certas categorias de ilícitos penais que constituem o crime comum violento). Em consequência, as condutas em questão passam a ser compreendidas em termos das próprias regras violadas, e não em termos do sentido construído pelos criminosos para suas práticas (MACHADO DA SILVA, 2004, p.63).

Essa representação reflete no fato de não encontrarmos nas matérias analisadas trechos de falas de acusados ou menção as mesmas.

Então, levando em consideração essas abordagens, podemos afirmar que a violência urbana deve ser encarada como uma representação, ou seja, a percepção que se tem da mesma é uma construção hegemônica que tem como alguns aspectos: 1) a ameaça do sujeito criminalizado que é colocado à parte da sociedade dita cidadã e 2) o medo e a insegurança ocasionados por essa ameaça criam sensações que constituem no indivíduo um estado de constante alerta.

Bauman, a propósito, faz uma profunda abordagem sobre o medo na sociedade moderna afirmando que medo “é o nome que damos a nossa *incerteza: ignorância* da ameaça e do que deve ser *feito* – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrenta-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance” (BAUMAN, 2008, p.8). O autor afirma que nas trevas está a incerteza e que a “modernidade” seria a possibilidade de acabar com o medo, assim as luzes da razão iluminista iriam dissipar as trevas da ignorância, mas foi uma promessa que não se cumpriu, pois essa razão, que antes pretendia a liberdade, torna-se mais um mecanismo de dominação do homem pelo homem dentro da sociedade moderna.

1.2 A violência patrimonial urbana: o medo e a insegurança

Há algum tempo que os jornais deixaram de ser encarados como fontes superficiais e inválidas para a pesquisa científica. Tais fontes costumavam ser vistos como “enciclopédias do cotidiano” e que “(...) continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo e interesses, compromissos e paixões” (NETO, 2009, p.4). A utilização dessas fontes deve ser percebida vai além da simples complementação argumentativa do pesquisador como afirma o autor:

A subjetividade desta fonte pode ser apreendida pelo historiador na medida em que ela se materializa nas notícias, tornando-se passível de investigação, percebendo interesses e nuances contidas em suas folhas. (...) Devemos problematizá-la, entendendo o lugar social ocupado pelos periódicos, ou seja, o momento que este veículo de informação ganha força na divulgação da notícia do crime (...) (NETO, 2009, p. 4).

Apesar de Neto estar se referindo especificamente ao uso por historiadores, o jornal pode ser utilizado como fonte documental no campo sociológico.

Ao analisarmos a imprensa percebemos que ela deve ser encarada como um campo que reproduz teorias e ideias formuladas sobre o crime. Buscamos neste trabalho fazer algumas comparações e articulações das matérias com a literatura sociológica que aborda o fenômeno criminal. A propósito, Neto chama a atenção para as convergências e divergências entre essas duas fontes:

Se comparada às fontes criminais, como os processos-crime e documento de delegacias elaborados pelos bacharéis em direito, a imprensa confere ao crime visibilidade e contorno diferenciado em sua construção. As fontes criminais registram, de forma regulada, os flagrantes e denúncias, onde ocorriam e que quem eram os envolvidos, nos permitindo explorar as narrativas das vítimas testemunhas e, conseqüentemente, as especificidades da época. A imprensa, por sua vez, confere aos fatos criminais um juízo de valor adotado pelos jornalistas, visando sempre o interesse do público, pois o jornal é, antes de tudo, um produto a ser vendido (...) (NETO, 2009, pp. 4-5).

Com relação à criminalidade isto se dá de maneira ainda mais problemática pelo fato de ser um tema que ganha a cada dia mais espaço e maior interesse da sociedade principalmente a partir de sua veiculação na mídia.

Os crimes contra o patrimônio na cidade de Macapá e no estado do Amapá ganha cada vez mais espaço nas notícias. Nos jornais há cadernos específicos que se ocupam do assunto,

chamados de “Cadernos de Polícia”, em que se subentende que tudo que é tratado neste espaço é relacionado à prática policial, ou seja, acontecimentos que requerem a intervenção direta da polícia, mas como notamos, uma parte dos assuntos tratados nesses espaços refere-se a mortes de todos os tipos que nem sempre precisam do trabalho policial para esclarecimento.

Nesses jornais, os atores sociais: vítimas, acusados e policiais (CERQUEIRA; NORONHA, 2006) possuem capitais simbólicos distintos que permeiam as narrativas e constroem a qualificação desses atores através da dicotomia bem *versus* mal. Nesse trabalho, no entanto, daremos maior ênfase à construção da representação dos acusados e das vítimas.

Em geral as vítimas são identificadas de acordo com o sexo, idade, nome e trabalho, enquanto que os acusados são identificados pelo sexo, idade, nome e apelido. Em alguns casos são atribuídos à vítima valores familiares e religiosos construídos a partir da narrativa de sua vida anterior ao crime; já ao acusado são atribuídos valores negativos como seu desapego à moral e seus antecedentes criminais, por exemplo. Aos policiais é dado um tipo especial de “reconhecimento” pelo seu trabalho e esforço na medida em que são noticiados detalhadamente os seus nomes, suas patentes, a guarnição, etc.

Com relação às imagens encontradas nos jornais, raramente aparecem as vítimas exceto em alguns casos em que há reféns e nos casos de latrocínio em que se mostra a imagem do corpo da vítima. Quanto aos acusados quando presos têm seus rostos estampados nos jornais e até em casos em que o mesmo é considerado apenas suspeito é colocada imagem do mesmo.

A partir desses aspectos o narrador (jornalista) assume na notícia algumas posições discursivas (SÁNCHEZ, 2005) com relação aos casos que compõem a maneira como se irá tratar os atores sociais dentro da narrativa, como explica Sánchez:

Entendemos por posição discursiva um lugar no discurso, dentro da topologia social e ideológica, assumido pelo enunciador e que perfila uma identidade a partir de determinados valores. Assim, o enunciador-jornalista, como sujeito institucionalmente responsável pela interpretação das falas dos outros é atravessado por uma série de coerções sociais e o ultrapassa e determina. (...) Dentro do que pode e deve ser dito num determinado momento histórico, ele intermedia a informação a partir de uma posição discursiva no intuito de retratar fatos (SÁNCHEZ, 2005, p. 5).

Neste trabalho analisam-se, então, as representações que os jornais fazem dessa violência urbana com relação à criminalidade patrimonial urbana e identificar os aspectos que

permeiam essas representações que, por sua vez, são produzidas/absorvidas pelo imaginário social.

Um dos aspectos que permeiam a sociedade com relação à criminalidade é a insegurança social, esta é um reflexo do medo causado pela criminalidade urbana. Segundo Bauman, o medo é algo que compartilhamos diariamente, mas nos relacionamos com ele individualmente.

O medo é o sentimento conhecido de toda criatura viva. Os seres humanos compartilham essa experiência com os animais. (...) Os humanos, porém, conhecem algo mais além disso: uma espécie de medo de “segundo grau”, um medo, por assim dizer, social e culturalmente “reciclado”, ou (...) um “medo derivado” que orienta seu comportamento (tendo primeiramente reformado sua percepção do mundo e as expectativas que guiam suas escolhas comportamentais), quer haja ou não uma ameaça imediatamente presente (BAUMAN, 2008, p. 9).

Ainda segundo o autor, esse medo derivado pode ser encarado como uma sensação de insegurança, de vulnerabilidade com relação aos perigos. Estamos sujeitos a perigos que não podemos prever e dificilmente nos proteger e riscos que, *a priori*, poderíamos calcular. O medo, então, deriva de vários fatores, mas dentre eles, nenhum é tão significativo quanto à violência em forma da criminalidade. Nenhum fenômeno perigoso moderno toma tanto da nossa atenção e dos nossos esforços no dia-a-dia quanto à criminalidade.

Constantemente nos vemos tentando calcular a probabilidade de sermos assaltados, de sofrermos sequestro, de termos nossa casa invadida e de perdemos a nossa vida ou a de outras pessoas nessas situações. Treinamos nossos olhares para identificar pessoas que possam ser perigosas, não passamos por certos lugares sozinhos ou acompanhados considerados perigosos e em horários também considerados perigosos. Isto, como afirma Bauman, é uma paranóia causada pelo cruzamento de fatores como: estatísticas de criminalidade, sensação de crescimento da mesma e o descrédito no poder público.

Nesse contexto, então, com a banalização da violência há de forma paradoxal, por um lado, o crescimento do medo e da insegurança e, por outro, a ideia da naturalização das violências.

Ainda de acordo com o autor, a sensação de insegurança e vulnerabilidade derivada do medo é uma característica essencial na formação dos espaços urbanos. A cidade surgiu para proteger seus cidadãos dos “outros”, dos “estrangeiros”, objetivo este que não se cumpriu plenamente, criando assim, o que Bauman denomina de “mixofobia”, uma grande suspeita

contra o “outro” e um clamor por segurança. Para ele “(...) a cidade é um espaço em que os estrangeiros existem e se movem em estreito contato” (BAUMAN, 2009, p. 36).

O estrangeiro é, por definição, alguém cuja ação é guiada por intenções que, no máximo, se pode tentar adivinhar, mas que ninguém jamais conhecerá com certeza. O estrangeiro é a variável desconhecida no cálculo das equações quando chega a hora de tomar decisões sobre o que fazer. Assim, mesmo quando os estrangeiros não são abertamente agredidos e ofendidos, sua presença em nosso campo de ação sempre causa desconforto e transformar em árdua empresa a previsão dos feitos de uma ação, suas probabilidades de sucesso ou insucesso (BAUMAN, 2009, p. 38).

Assim, a cidade que foi um espaço pensado primeiramente para proteger os seus habitantes, segundo o autor, é associada cada vez mais ao perigo aumentando o investimento em segurança particular, vigilância de locais públicos e descrédito da segurança pública juntamente com a redução do controle estatal.

Os medos modernos tiveram início com a redução do controle estatal (a chamada desregulamentação) e suas consequências individualistas, no momento em que o parentesco entre homem e homem – aparentemente eterno, ou pelo menos presente desde tempo imemoriais -, assim como os vínculos amigáveis estabelecidos dentro de uma comunidade ou de uma corporação, foi fragilizada ou até rompido (...) (BAUMAN, 2009, p. 19).

Bauman (2009) afirma que o Estado sempre teve a difícil tarefa de administrar o medo nas sociedades e tecer uma rede de proteção, mas os laços naturais ou artificiais que constituíam a solidariedade na modernidade sólida é que permitiam a administração do medo, com o rompimento desses laços as incertezas, os medos, a inseguranças emergiram nas sociedades modernas.

A fragilidade de laços e o individualismo tiveram, então, forte relação com o medo e a insegurança modernos, pois criaram uma desconfiança contínua em relação ao outro, ao estrangeiro, ao desconhecido e conseqüentemente um maior isolamento das pessoas nas cidades. A presença da criminalidade nas cidades fez com que a figura do outro, do estrangeiro e do desconhecido se fundisse e confundisse com a do criminoso, fazendo emergir uma suspeita constante.

Poderíamos dizer que a insegurança moderna, em suas várias manifestações, é caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos. Suspeitamos dos outros e de suas intenções, nos recusamos a confiar (ou não conseguimos fazê-lo) na constância e na regularidade da solidariedade humana. Castel

atribui a culpa por esse estado de coisas ao individualismo moderno (...)
(BAUMAN, 2009, p. 16).

Sendo assim, como afirma Caldeira, “a violência e o medo combinam-se a processos de mudanças sociais nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social” (CALDEIRA, 2000, p. 9).

Por isso, Caldeira afirma que principalmente as classes mais altas da sociedade costumam utilizar o medo da violência e do crime numa tentativa de justificar a exclusão social e se isolam em busca de segurança quando se sentem ameaçados pela ordem social insurgente das grandes cidades, mas que, além de preocupações com relação ao crime, essas atitudes “(...) também incorporam preocupações raciais e étnicas, preconceitos de classe e referências negativas aos pobres e marginalizados.” (CALDEIRA, 2000, p.9). O estrangeiro é uma categoria que constitui, juntamente aos os pobres e marginalizados, as “classes perigosas”.

As novas classes perigosas são, (...), aquelas consideradas incapacitadas para reintegração e classificadas como *não-assimiláveis*, porque não saberiam se tornar úteis nem depois de uma “reabilitação”. Não é correto dizer que estejam “em excesso”: são *supérfluas* e *excluídas de modo permanente* (trata-se de um dos poucos casos permitidos de “permanência” e também dos mais ativamente encorajados pela sociedade “líquida”) (BAUMAN, 2009, p. 22).

É exemplo disto o pensamento categorizante com relação ao nordestino dentro das características do *estrangeiro*, “(...) eles são descritos como sendo menos do que humanos, perigosos, sujos e contaminantes; são habitantes de lugares impróprios, como cortiços e favelas” (CALDEIRA, 2000, p. 37). O criminoso, por sua vez, se encontra no limite dessa hierarquização por acumular uma série de “defeitos” condenados pela sociedade.

Segundo Becker esses “defeitos” são representações sociais construídas de acordo com regras criadas por “empreendedores morais”, assim há categorização de certos grupos ou indivíduos como desviantes, então o “ (...) desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele” (BECKER, 2008, p. 27). Assim, com relação ao crime, Durkheim afirma que “(...) não se deve dizer que um ato ofenda a consciência comum por ser criminoso, mas é um crime porque o reprovamos” (DURKHEIM, 1999, p. 52).

A propósito, com relação à visão categorizante de pobres e criminosos, em alguns casos Caldeira afirma que por diversas vezes durante as entrevistas que realizou na sua pesquisa na cidade de São Paulo entre os anos de 1988 e 1998 em periferias ocorreram tentativas por parte dos entrevistados de se diferenciarem dos criminosos:

A proximidade real com o estereótipo do criminoso, entretanto, requer um discurso elaborado de distanciamento e separação. Quando entrevistei as pessoas na periferia ou na Moóca, perguntei-me várias vezes se a minha insistência no assunto do crime não iria gerar automaticamente ansiedade, dúvidas sobre se eu suspeitava que eles fossem criminosos, e a conseqüente necessidade de enfatizar as diferenças. As pessoas pobres que entrevistei sempre se esforçaram para distanciar a si mesmos e a outras “pessoas honestas, trabalhadoras” da imagem do criminoso. (...) a categoria do criminoso e seu repertório de preconceitos e depreciações raramente são contestados. Ao contrário, a categoria é continuamente legitimada e os preconceitos e estereótipos contra os pobres (favelados, nordestinos, moradores de cortiços) são reencenados diariamente (CALDEIRA, 2000, p.89).

O medo e a insegurança vivenciados pela população também estão presentes nos cadernos policiais, sob a forma de discursos, como o *banalizador/espetacularizador*. As matérias que contêm esse discurso encaixam perfeitamente com esses sentimentos e externalizam a demanda social por segurança, pois fornecem dados de como, quando, porque e onde ocorreu determinado crime além da frequência de seus acontecimentos.

Tendo em vista as abordagens de Bauman e Caldeira podemos notar a presença das hierarquizações sociais nos discursos presentes nos casos noticiados. A forma como são apresentados os acusados e as vítimas difere de acordo com capitais simbólicos que os mesmos apresentem. Tal característica tem forte relação com o campo jornalístico e as técnicas de representação que o mesmo apresenta que compõem uma visão da criminalidade urbana e que serão abordados no segundo capítulo.

CAPÍTULO

A REPRESENTAÇÃO DA CRIMINALIDADE PATRIMONIAL URBANA

2.1 O “campo” jornalístico e suas técnicas de representação

Como mostrado anteriormente à representação da violência possui meios de se propagar, tornando-se legítima e hegemônica perante a sociedade.

Alguns dos meios utilizados para tal propagação são as mídias. No caso de crimes, representa-os de acordo com uma série de censuras e critérios. Assim, o campo propício é o jornalístico que se reveste de “jornalismo policial” tendo grande poder de penetrar e influenciar os outros campos fazendo com que seus discursos os permeiem. No entanto, objeto de análise em questão não é o “poder dos jornalistas” e nem o jornalismo como “quarto poder” (BORDIEU, 1997, p. 101), mas de uma análise de uma pequena parte constituinte desse campo.

A categoria de análise “campo” se tornou essencial para este trabalho, pois forneceu uma compreensão mais aprofundada e abrangente das características midiáticas e é importante o leitor atentar para tal análise. Entende-se por campo jornalístico:

(...) um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos. Dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos (BOURDIEU, 1997, p. 55).

Bourdieu afirma que dentro deste campo existe uma “censura invisível” quanto aos conteúdos que serão propagados e quanto aos seus agentes. Mas tal fato não impede que mudanças ocorram dentro do campo já que como mostraremos, este depende em grande parte dos seus espectadores. Com relação à censura o autor afirma que há:

(...) uma perda de autonomia ligada, entre outras coisas, ao fato de que o assunto é imposto, de que as condições da comunicação são impostas e, sobretudo, de que a limitação do tempo impõe ao discurso restrições tais que é pouco provável que alguma coisa possa ser dita (BOURDIEU, 1997, p. 19).

Parte dessas censuras se dá em forma de pressão econômica que, dentre outras, acaba por ocultar mecanismos que mantêm a ordem simbólica do campo (BOURDIEU, 1997, p. 20).

Uma parte dos conteúdos propagados pela mídia estão inseridos dentro do que o autor chama de “notícias de variedade” ou “fatos-ônibus”.

Uma parte da ação simbólica da televisão, no plano das informações, por exemplo, consiste em atrair a atenção para os fatos que são de natureza a interessar a todo mundo, dos quais se pode dizer que são *omnibus* - isto é, para todo mundo. Os fatos-ônibus são fatos que, como se diz, não se devem chocar ninguém, que não envolvem disputa, que não dividem, que formam consenso, que interessam a todo mundo, mas de um modo tal que não tocam em nada de importante (BOURDIEU, 1997, p.23).

Esses fatos são colocados muitas vezes no lugar onde se poderia colocar coisas verdadeiramente importantes, mas segundo o autor, mesmo quando as coisas importantes são noticiadas por esse campo, ele opera com a técnica de “ocultar mostrando”.

Desejaria dirigir-me para coisas ligeiramente menos visíveis mostrando como a televisão pode, paradoxalmente, ocultar mostrando, mostrando uma coisa diferentemente do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar; ou ainda mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade (BOURDIEU, 1997, p. 24).

As notícias sobre sangue, sexo, drama e crime, segundo o autor, se enquadram nas notícias de variedades e sempre foram elementos importantes para a constituição de matérias de interesse da população que a imprensa escrita séria costuma, segundo ele, a relegar (BOURDIEU, 1997, p. 22).

Como podemos observar, as matérias dos jornais analisados tentam se aproximar da representação televisiva, acontecimentos são narrados com riqueza de detalhes com o auxílio de imagens e a instrumentalização das palavras que nomeiam atos e imagens. Com relação à representação televisiva o autor afirma que:

O princípio de seleção é a busca do sensacional, do espetacular. A televisão convida à *dramatização*, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico (BOURDIEU, 1997, p.25).

O trabalho com as palavras, nesse sentido é de suma importância para o trabalho do jornalista, o autor afirma que é preciso palavras extraordinárias para nomear fatos, palavras que chamem a atenção. É o poder de nomear imagens também, a “foto não é nada sem a legenda que diz o que é preciso ler (...). Nomear como se sabe, é fazer ver, é criar, levar à existência” (BOURDIEU, 1997, p. 26), como podemos observar nas imagens abaixo da matéria intitulada “BEN 9; Acusado de matar vigilante no cemitério é apreendido durante a madrugada” (LEITE, A Gazeta, 12 e 13 de Agosto de 2012) :

IMAGEM 1 – ACUSADO 1



Legenda do jornal: Manoel Quaresma da Costa, preso com uma arma de calibre 38.

Fonte: Leite, Jornal A Gazeta, 12 e 13 de Agosto de 2012.

IMAGEM 2 – ACUSADO 2



Legenda do jornal: Ben 9 W.S.B. de 17 anos, negou o crime mas testemunhas o reconheceram como sendo o responsável pelo tiro que matou a vigilante.

Fonte: Leite, Jornal A Gazeta, 12 e 13 de Agosto de 2012.

IMAGEM 3 – ACUSADO 3



Legenda do jornal: Ben 10 O. S. B., de 16 anos, irmão de "Ben 9", também foi apreendido comercializando drogas.

Fonte: Leite, Jornal A Gazeta, 12 e 13 de Agosto de 2012.

IMAGEM 4 – ACUSADO 4



Legenda do jornal: Adelson Souza. Com ele a equipe encontrou um revólver de calibre 38, além de uma quantia de substância supostamente entorpecente.

Fonte: Leite, Jornal A Gazeta, 12 e 13 de Agosto de 2012.

Nas imagens acima cada uma tem sua legenda em que há as atribuições de culpa a cada um dos acusados. Duas das imagens acima chamam a atenção por se tratar de dois adolescentes, mas uma pergunta que pode ser formulada no que diz respeito ao fato de que adolescentes, principalmente aqueles em conflito com lei, não podem ter suas identidades expostas na mídia, os jornais, *a priori*, respeitam essa determinação, então por que colocar a imagem do adolescente com apenas seus olhos cobertos? Qual o objetivo da foto?

Mesmo que os adolescentes não sejam identificados por seu nome completo, apenas os olhos cobertos não escondem sua fisionomia, há de qualquer forma sua exposição. Além disso, os adolescentes são tratados por seus apelidos, que é uma forma de identificação informal.

Outra característica do campo jornalístico o, interesse dos jornalistas pelo acontecimento extraordinário:

Eles se interessam pelo extraordinário, pelo que rompe com o ordinário, pelo que não é cotidiano – os jornais cotidianos devem oferecer cotidianamente o extra-cotidiano, não é fácil... Daí o lugar que conferem ao extraordinário ordinário, inundações, assassinatos, variedades (BOURDIEU, 1997, p. 26).

A busca pelo extraordinário se reflete, por exemplo, no discurso banalizador/acusador que iremos tratar no terceiro capítulo. Tal discurso é permeado pela construção da narrativa de crimes que ao mesmo tempo em que são considerados já banais nas matérias por estarem acontecendo com certa frequência na cidade de Macapá são também espetaculares por envolverem muita “tensão” e “drama” durante o seu acontecimento.

Os aspectos apresentados por Bourdieu tem relação com os critérios de seletividade, tratamento e construção das notícias por parte dos jornais e/ou jornalistas, que fazem parte da censura invisível.

O que ocorre numa determinada cidade ou no mundo vira notícia. Para o jornal se tornar bem visto e conseguir sua fatia de mercado (já que o campo jornalístico é influenciado pelo econômico) ele deve atuar segundo os critérios de seletividade de seu campo para selecionar o que deve e como deve ser publicado, assim nem todos os crimes registrados são noticiados pelos jornais.

Tais critérios de seletividade e tratamento das matérias atuam segundo os “óculos” dos jornalistas, ou seja, “estruturas invisíveis que organizam o percebido, determinando o que se vê e o que não se vê” (BOURDIEU, 1997, p. 25). Um desses critérios (e principal deles) é o sensacional, o espetacular que se configuram em narrativas dramáticas sobre o ocorrido.

Neste trabalho não entrevistamos os jornalistas autores das matérias, como afirma Bourdieu, os jornalistas em geral não gostam de ser tomados como objetos de análise pelo fato de que muitas vezes há um mal-entendido em que o trabalho muitas vezes é encarado como um “ataque pessoal”, isto reflete, por exemplo, na nossa dificuldade em conseguir as matérias que precisávamos fornecidas pelos próprios jornais (apenas um dos jornais forneceu seis meses de matérias digitais) e a dificuldade de se conseguir uma entrevista. A isto se

acrescenta o que o autor diz sobre o *sujeito do discurso jornalístico*, que não é uma produção individual do jornalista, a produção é coletiva, ou seja:

(...) não se reduz ao grupo constituído pelo conjunto de uma redação; ele engloba o conjunto dos jornalistas. Sempre se faz a pergunta “mas quem é o sujeito de um discurso?”. Nunca se está certo de ser o sujeito do que se diz... Dizemos muito menos coisas originais do que acreditamos. Mas isso é particularmente verdadeiro em universos em que as restrições coletivas são muito fortes e em particular as restrições da concorrência, na medida em que cada um dos produtores é levado a fazer coisas que não faria se os outros não existissem; coisas que ele faz, por exemplo, para chegar antes dos outros (BOURDIEU, 1997, pp. 31-32).

As importantes abordagens acima de Bourdieu nos fornecem subsídios para responder a perguntas do tipo: que aspectos nas matérias sobre os crimes estudados o jornalista dá mais ênfase em detrimento de outros? O que o interessa é o que ele julga realmente interessar aos leitores com relação aos crimes? Por que é inserida tal imagem ou tal fala de um policial ou familiar da vítima? Como se constitui estruturalmente uma matéria de maneira que ela atenda os critérios de seletividade?

2.2 Os critérios de noticiabilidade

Para um maior aprofundamento nessa abordagem recorreremos à obra de Mário L. Erbolato, *Técnicas de Codificação do Jornalismo*, voltada para jornalistas iniciantes. Ao trazer tal obra não pretende-se aqui colocá-la como uma “porta-voz” do campo jornalístico, mas as técnicas apresentadas pelo autor foram muito importantes para a compreensão da dinâmica do jornalismo.

Nesta obra Erbolato elenca os seguintes critérios que “devem” ser utilizados pelos jornalistas para selecionar o que irá virar notícia, a saber: proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência ou celebridade, aventura e conflito, consequências, humor, raridade, progresso, sexo e idade, interesse pessoal, interesse humano, rivalidade, utilidade, política editorial do jornal, oportunidade, dinheiro, expectativa ou suspense, originalidade, culto de heróis, descobertas e invenções, repercussão, confidências e importância. Tais critérios podem ser pensados a partir da noção de censura de Bourdieu, já que para um jornal ter sucesso é necessário que traga assuntos de interesse dos seus leitores.

O jornalista, então, a partir desses critérios pode filtrar diversos acontecimentos que, submetidos ao seu julgamento, podem virar notícia e ter certo interesse dos leitores. Durante a análise das matérias dos cadernos policiais alguns desses critérios foram identificados com maior facilidade e tiveram destaque por suas características específicas.

O primeiro desses critérios é o de *proximidade* que possui uma certa obviedade para este trabalho já que analisamos apenas os casos que ocorreram na cidade de Macapá. Se, por exemplo, um assalto ocorreu no bairro de determinado leitor com certeza ele irá se interessar. Erbolato fala o seguinte sobre esse critério:

Todas as notícias locais possuem característica. A pessoa que tem um problema a perturbá-la, como um terreno baldio ao lado de sua residência ou a precariedade da iluminação pública, procura com mais interesse a nota do jornal que aborde esses assuntos (...). A grande arma dos jornais do interior e dos semanários comunitários (que se publicam nos bairros das cidades médias e grandes) é a divulgação dos fatos que ocorrem *perto* do leitor e a ele ligados (ERBOLATO, 2001, p.61).

A proximidade do acontecimento pode interessar à medida que o leitor se sente ligado ao espaço em questão e o conhece como é o caso do bairro onde mora e convive com sua vizinhança.

O segundo critério é o de *impacto* que é essencial para a construção de matérias que possam ter repercussão na sociedade. O abalo moral é um dos efeitos produzidos pela representação da criminalidade urbana violenta, pois diz-se do criminoso alguém sem moral, sem valores, sem pudores. Muitos de seus atos são encarados como uma afronta à sociedade. Ao caracterizar esse critério Erbolato afirma que é “(...) um abalo moral, causado nas pessoas por acontecimentos chocantes ou impressionantes” (ERBOLATO, 2001, p.61).

Geralmente esse critério pode ser percebido com relação a casos em que a vítima sofre algum tipo de violência física ou moral que possam ser encaradas como cruéis e inaceitáveis para a sociedade, como a notícia intitulada: “Populares prendem e espancam homem acusado de matar uma mulher em latrocínio”:

Foi durante a madrugada de segunda-feira, que populares prenderam e espancaram o Romário de Souza Cortez. Segundo os agressores, ele é um dos acusados de ter assassinado a doméstica Edilene Moraes de Souza (36), com uma facada no pescoço em tentativa de assalto, quando ela e o marido saíam de uma festa por volta das 04h30min da madrugada de domingo, no Bairro Cuba de Asfalto, e ambos foram atacados pelos dois assaltantes. Como a Edilene reagiu acabou sendo esfaqueada mortalmente (NETO, Jornal do Dia, 11 de Abril de 2012).

Essa notícia aborda a revolta de pessoas com um crime de latrocínio e que acabam espancando o acusado. Geralmente são notícias relacionadas a crimes causam esse tipo de revolta como na notícia a seguir intitulada: “Ancião de 75 anos é espancado até a morte por assaltantes”, em que um idoso sem possibilidades de se defender foi espancado por assaltantes e acabou morrendo:

A polícia acredita que possa se tratar de um latrocínio. O corpo do ancião foi encontrado por populares por volta das 12 horas do último sábado amarrado no interior da kit net onde morava. De acordo com informações colidas pela polícia, o crime teria sido cometido por duas pessoas conhecidas como “Maicon” e “Baby”, que segundo populares, são acostumados a cometerem furtos e roubos na vizinhança. Familiares da vítima contam que Euclides Martins estava negociando uma casa e o comprador repassaria o valor em espécie naquele dia. A Politec fez a remoção do corpo para a necropsia que constatou a morte por espancamento (LEITE, A Gazeta, 02 de Outubro de 2012).

Um outro critério que identificamos nas matérias é o de *aventura e conflito/ expectativa e suspense*, tais elementos aparecem sempre juntos e são essenciais para apreensão de um caso relevante e a construção de uma matéria interessante de cunho “policial”, pois trazem em si narrativas que remetem a uma ruptura nos acontecimentos cotidianos.

As notícias que envolvam aventura e conflito são “(...) notícias de assassinatos, rixas e também as que revelam a audácia de indivíduos que planejam, como autênticos aventureiros, os golpes mais fantásticos, visando ao enriquecimento ilícito” (ERBOLATO, 2001, p.61). Enquanto que notícias de expectativa e suspense se caracterizam por conter assuntos “(...) que levam o leitor a procurar os jornais diariamente a fim de saber se houve solução para determinados casos, que chegam a provocar expectativa ou suspense. (...)” (ERBOLATO, 2001, p.64).

Por se tratar de matérias que contêm especificamente a descrição dos crimes, estes aspectos estão constantemente interligados. A narrativa envolve o leitor numa história conflituosa de troca de tiros entre criminosos e policiais, reféns temendo por suas vidas, de ameaças constantes dos criminosos, de assaltos planejados envolvendo grandes quantias, etc. Como neste caso:

Momento de tensão: A polícia chegou ao local e fez o cerco. Os policiais suspeitaram que se tratava de um assalto após uma senhora se aproximar da viatura e dizer que tudo estava tranquilo. Minutos depois, a esposa da vítima e duas crianças saíram do interior da casa e contaram o que estava acontecendo. Segundo a mulher, o esposo foi feito refém por três homens armados. Nesse momento, a polícia tentou iniciar uma negociação, porém, os bandidos não responderam.

Dono da casa conseguiu fugir: Quase uma hora depois, a guarnição recebeu a informação de que o dono da casa teria conseguido escapar dos bandidos. Ele pulou o muro em direção de uma casa vizinha. Os militares tentaram uma nova negociação com o trio para que eles se entregassem, mas, novamente o silêncio imperou no local. Os militares resolveram entrar e depois de uma varredura no térreo da residência, nada foi encontrado. Em seguida, a polícia iniciou as buscas pela parte superior.

Polícia é recebida à bala: A busca pelos assaltantes teve o seu lado mais crítico quando os policiais tentaram adentrar um dos quartos, onde dois assaltantes se encontravam e foram recebidos a tiros. Os militares revidaram e a dupla acabou sendo atingida. Na tentativa de localizar o terceiro envolvido, escondido em um banheiro da residência, houve uma nova troca de tiros e ele também foi atingido. (LEITE, A Gazeta. 04 de Setembro de 2012).

Na matéria acima se percebe uma descrição detalhada de acontecimentos durante um assalto. É montada uma história utilizando fatos considerados importantes: o momento em que os policiais percebem que é um assalto e tentam a negociação; a fuga da vítima mesmo com os criminosos armados; e o momento em que há a busca pelos assaltantes e a troca de tiros em que os três acabaram mortos.

Essa narrativa de acontecimentos é semelhante a assaltos que acontecem em “filmes de cinema”, tal tipo de narrativa dar lugar à espetacularização do crime, em que acontecimentos ganham destaque. Ao contrário dos furtos que são crimes em que as vítimas não são ameaçadas e não sofrem violência psicológica ou física no momento do crime, os assaltos, principalmente aqueles onde há reféns, perseguição e troca de tiros, se enquadram dentro da categoria de crimes espetaculares e dramáticos.

Em vez de oferecer ao leitor apenas crimes que ocorreram no dia anterior, é a possibilidade de sair dessa “monotonia” e ler cada crime desses de uma forma mais “aprofundada” e atrativa.

O critério *sexo e idade* também pode ser utilizado, este revela discursos permeados por moralidade que podem remeter ao sexo na adolescência, ao abuso sexual de crianças, etc., notícias como essas interessam à sociedade pelo seu caráter moral e pela pouca idade das vítimas ou dos infratores.

Esta classificação identifica-se, em alguns casos, com a de raridade e ambas se confundem. A imprensa popular divulga fotos sobre sexo, além de sangue e esportes. Fotos de mulheres despidas, assassinatos provocados por adultério ou amores contrariados, figuram na primeira página de todos os cadernos dos jornais dedicados às classes C e D. Casamentos entre pessoas de idade avançada, ou com diferenças acentuadas de anos entre noivo e noiva, ou uma pessoa que receba diploma de curso superior depois da setuagenária ou octogenária, são assuntos aproveitáveis jornalisticamente, para determinados vespertinos (ERBOLATO, 2001, p.62).

Na matéria a seguir se faz presente esses dois aspectos juntos:

A ação de três jovens chamou a atenção da polícia durante a madrugada. Marcelo Augusto da Silva Ferreira, que completou 18 anos, ontem; um menor de 17 anos e uma adolescente de 15 anos, entraram em um motel zona sul de Macapá.

Por volta de 4h da madrugada eles pediram a conta do apartamento dizendo que era para o atendente trazer troco para cem reais.

Assim que chegou ao apartamento o atendente foi rendido com uma pistola similar a uma ponto 40. Após render a vítima o trio seguiu para o caixa de onde levaram uma quantia não declarada.

Em seguida eles fugiram à pé. A polícia foi acionada e os suspeitos iniciaram uma fuga pulando os muros de várias casas. A perseguição prosseguiu por cerca de dois quilômetros.

(...)

O jovem que completou maior idade naquela madrugada aguardava decisão da justiça para saber se seu presente seria uma cela do IAPEN (CARLOS, Diário do Amapá, 06 de Dezembro de 2012).

Quando os jornalistas dão ênfase na idade dos infratores, além de envolver sexo, essa matéria envolve crime e adolescentes também. Um fato curioso é que em nenhum momento o jornal faz menção ao fato de que adolescentes entraram em um motel sem serem barrados. Tal aspecto revela o discurso acusador que iremos abordar à frente.

Erbolato também elenca outro critério bastante interessante para o jornalista que é o *interesse humano*, este a priori parece um termo redundante já que as notícias são veiculadas visando o interesse das pessoas, mas esse termo se refere ao fato de que o jornalista deve buscar “histórias humanas”, ou seja, procurar saber da vida dos agentes envolvidos nos casos. Isto não se assemelha ao que as revistas de fofoca fazem com as celebridades, mas prende a atenção do leitor já que o objetivo é transformar um assunto banal em uma boa matéria.

Como os fenômenos estudados nesse trabalho são os crimes contra o patrimônio, não poderia faltar um elemento: o objeto do crime, aquilo que foi roubado ou furtado, e se torna

tão importante que o *dinheiro* é, segundo o autor, considerado um critério para uma boa notícia.

Mas não basta apenas ter havido um crime envolvendo dinheiro, se for pouco dinheiro este pode ser noticiado, geralmente o jornalista procurará dar ênfase a outros aspectos do caso para valorizá-lo como matéria, porém se a quantia for alta, então se dará ênfase na mesma principalmente no título como nos casos a seguir:

QUADRO 1 – TÍTULOS DE NOTÍCIAS ENVOLVENDO GRANDES QUANTIAS DE DINHEIRO

Título	Jornal	Data da publicação
SAIDINHA DE BANCO; Assaltante apanha de populares após roubar R\$ 50 mil de casal no centro de Macapá: Em outro assalto, quatro bandidos roubaram R\$ 45 mil reais de uma agência dos Correios localizada no Zerão.	A Gazeta	15 de Agosto de 2012
Quadrilha rouba R\$ 100 mil de funcionário na porta da empresa.	A Gazeta	07 de Dezembro de 2012
Quadrilha rouba R\$ 10 mil de mulher em salão de beleza: A polícia prendeu quatro suspeitos de participar do assalto e recuperou a bolsa e uma parte o dinheiro roubado.	A Gazeta	15 e 16 de Julho de 2012
Gerente de empresa perde R\$ 43 mil em assalto.	Diário do Amapá	12 de Julho de 2012
Empresária perde 15 mil reais para dois assaltantes.	Jornal do Dia	22 de Março de 2012
Assaltantes roubam mais de R\$ 25 mil de um posto de combustível.	Jornal do Dia	01 de Agosto de 2012

Esses títulos e subtítulos de matérias nos mostram as nuances em cada caso apresentado. Isso quer dizer que existem aspectos num caso que são interessantes para serem incorporados na matéria e outros que são descartados.

A utilização aqui dessas categorias elencadas por Erbolato não provoca nenhum traço de parcialidade ou pré-noções neste trabalho, no sentido de pautar a pesquisa pela própria fala de um jornalista, pelo contrário, ao analisar a obra, que pretende ser um manual para jornalistas, se está adentrando, de certa maneira, neste campo, as categorias acima elencadas revelam a maneira pela qual um jornalista pode ou não organizar e tratar as informações que ele busca ou que chegam até ele e transformá-las em “notícia”.

Apesar da dificuldade de se conceituar o que é notícia, Erbolato afirma que esta deve ser “inédita, recente, verdadeira, objetiva e de interesse público”. Assim, o leitor é importante

para se construir uma matéria, pois não é a “vontade” ou “opinião” individual do jornalista que está sendo colocada, mas a notícia que se julga que irá agradar o gosto da população mesmo que essa notícia não seja positiva, como é o caso de quando é noticiado o aumento da criminalidade.

Além dos critérios elencados, segundo o autor, a reportagem em “profundidade” exige *antecedentes e humanização*. Estes não são critérios, mas elementos que determinadas matérias devem conter em sua estrutura. Tais aspectos poderão ser percebidos mais claramente dentro dos discursos *acusador e sensibilizador*.

Em que medida os campos e o imaginário social se auto-influenciam e produzem representações sociais não se pode dizer exatamente. No entanto, com relação à representação produzida do criminoso nos jornais, podemos fazer algumas análises ao se pensar o caderno policial dentro da perspectiva dos conhecimentos produzidos pela sociologia do crime e da violência. A presença nas matérias de determinados aspectos de teorias individualistas sobre o criminoso é central para se entender essa representação, bem como a análise das relações entre os sujeitos constituintes das narrativas sobre crimes é outro.

CAPÍTULO

OS DISCURSOS E A CONSTRUÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

3.1 O discurso banalizador/ espetacularizador

Foram encontrados durante a pesquisa vários tipos de narrativas jornalísticas. Essa tipologia de discursos foi construída a partir do texto de Sánchez (2005), em que a autora faz alusão a três discursos verificados em matérias de jornais sobre a corrupção. Tais discursos se referem à tomada de posição do enunciador da informação, ou seja, o jornalista: o enunciador irônico, o enunciador didático e o enunciador difuso/omisso.

A partir de nossa análise das matérias encontramos três discursos: banalizador/espetacularizador, sensibilizador e acusador. Estão presentes na maior parte das notícias, porém de maneira que uma matéria pode conter mais de um discurso, a divisão em três é apenas uma ferramenta didática para melhor compreensão da representação.

Discutiremos agora um primeiro discurso: o *banalizador/espetacularizador*. A junção destes dois discursos em um se dá pelo fato de que não há espetacularização sem banalização da violência. A banalização pode ser percebida com muita frequência nas matérias e tem uma estreita relação com os sentimentos de medo e insegurança nas cidades atuais, pois as notícias abordam sempre a ocorrência contínua e crescente dos crimes oscilando entre deixar subtendido que qualquer pessoa, de qualquer classe social, em qualquer situação, em qualquer hora e lugar pode vir a ser vítima, e que existem “alvos” recorrentes dos criminosos. Aliás, um aspecto que poderia ser considerado como um critério para selecionar o que será notícia é a *ocorrência frequente de determinado fato*, afinal, fenômenos que acontecem com frequência chamam a atenção de qualquer jornalista e de qualquer leitor e inserem-se num quadro estatístico.

Na notícia “Estatísticas revelam o aumento da violência no Estado” (NETO, Jornal do Dia, 19 e 20 Agosto de 2012) o título aborda a violência num termo geral, no entanto, a matéria traz apenas números de mortes e suas causas no estado do Amapá no período de 01 de janeiro a 16 de agosto de 2012. Outro aspecto interessante é que o subtítulo fala de “mortes violentas”, mas a matéria inclui mortes por afogamento, acidentes, linhas de papagaio, choque elétrico e causas desconhecidas.

Uma característica importante das notícias de cunho banalizador/espetacularizador presente nas notícias analisadas é que geralmente se referem a assaltos, como na matéria intitulada: “Assaltos crescem e causam pânico à população”:

Assaltos à mercantis, transeuntes e residências tem crescido com frequência em Macapá. Só na última quinta-feira (16) uma loja foi invadida por dois bandidos, uma família feita refém na própria casa além de um comerciante que acabou assassinado ao reagir a um assalto em seu mercantil.

(...)

Somente nos últimos dias, dezenas de assaltos, roubos, furtos e arrombamentos foram registrados, número esse seria ainda maior se todas as pessoas que foram vítimas de alguma das ações registrassem a queixa.

(...)

As empresas mais visadas pelos criminosos são postos de combustíveis, comércios de alimentação onde o assaltante sabe que irá encontrar facilidade na abordagem e dinheiro no caixa, (NETO, Jornal do Dia, 18 Ago. 2012).

Como podemos observar na matéria acima há a indicação dos alvos mais visados pelos criminosos, aspecto que verificamos em várias outras matérias. Na matéria “Virou moda: mais uma assalto à residência”, as residências são abordadas como um novo alvo recorrente:

Já e preocupante o número de assaltos praticados em residências. O pior de tudo e o terrorismo psicológico que geralmente sofrem as famílias vítimas desses assaltos. Ontem pela madrugada, aconteceu mais um desses tipos de crime, quando por volta das 05h15min da madrugada, três homens armados com armas de fogo, eles arrombaram a porta dos fundos de uma casa que fica na Rua Raimundo Peres Ataíde, no Bairro do Zerão, renderam os membros da família (mãe e duas filhas), trancaram as mesmas em um quarto da casa e roubaram: um notebook, várias joias, celulares, 200 reais e alguns objetos. A mãe de prenome DONEZA, não soube informar se os bandidos estavam de carro ou moto, mas praticaram o assalto de cara limpa (NETO, Jornal do Dia, 20 de Janeiro de 2012).

O termo “virou moda” remete a banalização desse crime e a insegurança da população perante um fenômeno que, segundo as matérias, cresce a cada dia. Em outras matérias os alvos dos criminosos são mais uma vez ressaltados:

O crime de assalto a ônibus já é recorrente na capital do Estado. Números estatísticos mostram que no mês passado foram registrados oito assaltos dessa natureza em linhas de Macapá, principalmente, naquelas que operam na zona norte. Com base nesses dados, o divisor mostra que a cada três dias um ônibus é alvo de bandidos. Este mês já foram três as ações criminosas. (...) A única certeza que se tem até agora é que maioria dos delitos vem sendo praticados em uma região que vai do bairro São Lázaro, próximo a

ponte Sérgio Arruda, até o bairro Novo Horizonte, (CARLOS, Diário do Amapá, 11 e 12 de Março de 2012).

A característica estatística dessas matérias aborda em números esses fenômenos além de abordar um clima de tensão e medo que supostamente vive a sociedade e mais especificamente, os “alvos” dos criminosos.

Como visto anteriormente, Bauman (2009) afirma que a redução do controle estatal deu início aos medos modernos. A notícia “OUSADIA; Bandidos assaltam prédio a 100 metros da Secretária de Segurança Pública” (Diário do Amapá, 15 de Março de 2012), então, resalta a ineficiência dos órgãos públicos em combater a violência, tanto que, os criminosos não se importaram em realizar um assalto a poucos metros de um órgão de segurança. Tal sentimento de insegurança e desassistência estatal somados a procura por mecanismos de segurança privada podem levar a um discurso que faz apologia à utilização de armas por parte dos cidadãos e até mesmo a linchamentos de criminosos, como no trecho de um artigo de opinião encontrado em um dos jornais analisados intitulado “Fases da violência”:

Uma modalidade de ação criminosa está se tornando cada vez mais frequente em Macapá. A invasão de residências por grupos de bandidos armados, em busca de dinheiro, pertences e veículos de famílias que, desprevenidas e desprotegidas ficam expostas aos criminosos.

(...)

Há muitas coisas em comum entre esses e outros casos do gênero. Uma delas, a evidência de que o crime já elegeu um dos seus alvos preferenciais o cidadão comum. Aquele cidadão que luta com dificuldades em seu dia-a-dia, para conseguir, a duras penas, algumas conquistas materiais e que não tem condições fazer grandes investimentos para proteger o seu patrimônio.

(...)

A invasão criminosa das casas de pessoas simples, de famílias trabalhadoras, de gente que luta para conseguir sobreviver com dignidade, é uma das faces perturbadoras da violência, pois, caso não haja uma resposta adequada do poder público, acabará estimulando a sociedade a também responder de forma violenta aos seus agressores. Ou seja, a omissão e a fraqueza do Estado podem empurrar a sociedade para o perigoso terreno da selvageria (RAMALHETE, Jornal do Dia, 05 de Janeiro de 2012).

Note-se que no artigo aponta-se um novo alvo da criminalidade o “cidadão comum” que pelas características apresentadas na matéria pertence à camada pobre da sociedade já que não tem possibilidade de investir em segurança privada e nem lhes é assegurada a segurança estatal.

Por outro lado, cada vez mais as classes que possuem condições financeiras investem em segurança particular, isso inclui câmeras, carros blindados, seguranças e a “migração” para bairros nobres ou condomínios fechados.

Quem possui recursos econômicos ou tem condições de deslocar-se tenta se defender criando verdadeiros enclaves, nos quais a proteção é garantida por empresas privadas de segurança, ou transferindo-se para área mais tranquilas e nobres. Os mais pobres (ou seja, aqueles que são obrigados a permanecer onde estão) são forçados, ao contrário, a suportar as consequências mais negativas das mudanças. Isso só pode gerar um crescente e difuso sentimento de medo (BAUMAN, 2009, p. 9).

A construção de barreiras físicas nas cidades ressaltam a lógica da vigilância e a distância entre o que está “dentro” e o que está “fora” (Cf. CALDEIRA, 2000). Adquirir um apartamento ou uma casa num condomínio fechado significa, antes de tudo, isolar-se, afastar-se do estrangeiro e dos perigos com relação à vida e à propriedade privada. A classe mais afetada pelo medo difuso instaurado na modernidade líquida é a média que “corre o risco de acabar vítima de um processo que não controla e não conhece, e de perder o bem-estar conquistado no decorrer das últimas décadas” (BAUMAN, 2009, p. 9).

A criminalidade patrimonial urbana integra as supostas ameaças à integridade física e à propriedade privada tomando grande parte das preocupações com relação à segurança nas cidades e grande parte do espaço nos cadernos policiais em que notícias banalizam a violência.

Uma outra face desse discurso é a espetacularização o fenômeno em que a notícia, em suma, é caracterizada por narrativas detalhadas e sequenciais dos fatos além de imagens que buscam mostrar o “drama” do crime. É comum encontrar nesse discurso elementos como: corpos, sangue, tiros e conflito. As notícias em que mais se observa o discurso são aquelas sobre “assaltos com reféns”, como nas imagens a seguir da matéria intitulada “Bandidos assaltam joalheria e na fuga fazem reféns para tentar escapar da PM” (NETO, Jornal do Dia, 17 de Agosto de 2012).

IMAGEM 5 – ASSALTANTE SE ENTREGANDO PARA A POLÍCIA



Legenda do jornal: Momento em que um dos assaltantes se entrega e é algemado pela Polícia Militar. Outro acusado ainda estava dentro da loja com reféns.

Fonte: NENDES, Jornal do Dia, 17 de Agosto de 2012.

IMAGEM 6 – LIBERAÇÃO DE UMA DAS REFÊNS



Legenda do jornal: Momento em que uma das reféns foi libertada pelo assaltante na joalheria, no Golden Shop, centro de Macapá. Em seguida, outro assaltante foi preso pelo BOPE e os dois foram levados para o Ciosp do Pacoval.

Fonte: COSTA, Jornal do Dia, 17 de Agosto de 2012.

Ao analisar as imagens percebemos a tentativa de capturar cada “momento de tensão” do assalto mostrando a ação dos policiais, dos criminosos, a reação das vítimas e o desfecho do crime. Outro aspecto importante é o subtítulo da matéria “Em plena luz do dia, o número de assaltos vem aumentando no centro comercial de Macapá” que faz alusão ao fato de que o crime que antes era visto como “pertencente” ao período noturno e que, portanto, as pessoas se sentiam mais seguras de dia, está mudando ao passo que “o crime vem aumentando” e tomando conta também desse turno.

Em outra matéria podemos perceber ainda mais esse discurso:

Dois bandidos armados promoveram um assalto cinematográfico na tarde de ontem 1º, dentro da agência Superfácil, localizada no bairro São Lázaro. Segundo informações levantadas pela polícia no local, a dupla chegou ao

Superfácil, sendo que apenas um dos suspeitos seguiu até o correspondente do Banco do Brasil, que fica nos fundos da agência.

O homem moreno e de estatura mediana sentou-se no banco de espera e aguardou os demais clientes deixarem o local para seguir até o balcão onde fica a caixa (...). Em seguida o comparsa entrou no box levando as vítimas para o interior de um sala.

Eles foram amarrados e amordaçados pela dupla que agiu rapidamente. Cerca de 5 mil reais em dinheiro foram levados pelos suspeitos que deixaram o prédio tranquilamente. “Eles dois passaram por mim conversando normalmente. Nunca que iria imaginar que eles tivessem acabado de assaltar essa agência”, disse uma funcionária de outro box. (CARLOS, Diário do Amapá, 02 de Fevereiro de 2012).

Nesta matéria são detalhados passo a passo todos os movimentos dos criminosos antes e durante e depois do assalto. O que o jornalista chama a atenção na notícia é a “tranquilidade” que os criminosos fizeram o assalto sem serem “incomodados” por ninguém, ou seja, sem que ninguém percebesse o que estavam fazendo.

O título “Bandidos fazem assalto cinematográfico dentro de agência do Superfácil” expressa bem o discurso banalizador/espetacularizador na medida em que faz alusão ao cinema e “crimes que só acontecem em filmes” pela destreza com que os criminosos o executam.

Essa narrativa somada às imagens empregadas se torna atraente ao leitor por trazer, por um lado, fatos que não ocorrem todo dia e, portanto, causam uma ruptura no cotidiano das cidades e na circulação normal de pessoas e mercadorias, e que, por outro lado, estão cada vez mais se tornando “frequentes”. Como podemos perceber ambos o discurso banalizador/espetacularizador cultivam um clima de tensão, medo e insegurança. Os próximos discursos a serem trabalhados: sensibilizador e acusador irão abordar mais especificamente os principais atores sociais envolvidos nos crimes, a saber: a vítima e o criminoso.

3.2 O discurso sensibilizador

Esse discurso tem por característica essencial tentar mexer com as emoções do leitor, sejam elas positivas ou negativas. Numa mesma matéria pode-se observar a oscilação de elementos como raiva/ revolta e empatia. Raiva e revolta pelo crime cometido, a maneira como foi cometido e contra quem foi cometido; já empatia, geralmente se dá, com relação à vítima e aos seus familiares e amigos.

E é justamente por isso que esse discurso sensibilizador se encontra mais presente nas notícias sobre crimes de latrocínio (roubo seguido de morte da vítima), em que o mesmo gira

em torno da ideia de que além de tirar um bem material da vítima o criminoso tira também sua vida.

Ao analisarmos esse fato percebemos a presença marcante de um elemento elencado por Erbolato (2001): a *humanização*. Segundo ele:

Humanização quer dizer levar a informação até o ambiente do leitor, de maneira que ele *sinta*. Não é escrever para o leitor, mas redigir de tal forma que a notícia tenha um sentido para ele. (...) Humanizar uma história seria, também, enquadrar o personagem de um acontecimento no mesmo cenário da maioria dos leitores. Se um homem foi encontrado morto, assassinado ou atropelado, o jornal poderia mostrar que ele era mecânico que, nas suas horas de folga, nos sábados e domingos, ajudava as crianças, suas vizinhas, a construírem carrinhos feitos de tábuas de caixotes (ERBOLATO, 2001, p. 39).

Levar a informação de maneira que o leitor *sinta*, por exemplo, a dor da família e dos amigos, de maneira que ele se coloque no lugar deles e da vítima. É também situar a vítima no ambiente do leitor de um “cidadão comum”. Essa humanização é fundamental também para engendrar a raiva e a revolta como na matéria a seguir:

A onda de violência que toma conta de Macapá fez mais uma vítima durante a noite de quinta-feira (16). João Oliveira de Azevedo, de 66 anos, proprietário de um mercantil localizado na rua Professor Tostes, no Buritizal, foi assassinado com um tiro no peito durante um assalto. O crime aconteceu por volta das 22 horas quando dois homens que estavam em uma moto preta, chegaram ao estabelecimento da vítima e anunciaram o assalto. Um dos criminosos atirou contra o ancião que morreu no local. Os bandidos fugiram levando a renda que estava no caixa do mercantil.

Revolta

Durante o velório de João Oliveira que aconteceu em uma igreja evangélica no bairro Jesus de Nazaré, familiares e amigos do comerciante estavam revoltados pela forma como a vítima foi assassinada. “Meu pai foi morto covardemente”, comentou uma filha da vítima. Ela contou que esteve com o pai durante a tarde daquele dia e que ele estava tão feliz. A mulher lembrou que nos últimos dias o comerciante estava muito animado por causa de uns projetos que pretendia executar ainda esse ano. “Esperamos que a justiça seja feita e que os responsáveis por este crime paguem pelo que fizeram”, finalizou (LEITE, A Gazeta, 18 de Agosto de 2012).

Percebe-se que a matéria traz aspectos da vida da vítima, como o fato de que ele estava feliz naquele dia. É comum também que a notícia retrate os sonhos e os projetos da

vítima, como os que o senhor “pretendia executar ainda esse ano”. Isto tem relação com a afirmação de Caldeira de que “descrições da felicidade pré-crime são romantizadas” (CALDEIRA, 2000, p. 33) remetendo-se à *fala do crime*².

Outro exemplo de matéria que contém o discurso sensibilizador é esta:

A linha de investigação feita na Decipe não foi divulgada para a imprensa, mas segundo o cunhado da vítima que também é advogado, Gesiel Oliveira, Eliel pode ter sido vítima de um latrocínio.

(...)

A morte de Eliel chamou a atenção da população por tamanha brutalidade. O jovem foi assassinado com três tiros na nuca e depois teve o carro incendiado. “Quem praticou este crime é muito profissional. Queria realmente que o corpo do Eliel não fosse reconhecido. A polícia não divulga a linha de investigação para que isso não atrapalhe as investigações, mas esperamos que a delegada que está a frente do caso possa solucionar este crime. Ela está trabalhando arduamente para que esses criminosos possam pagar pelo crime que cometeram”, disse Pereira.

Familiares e amigos do advogado Eliel Rabelo, de 34 anos, morto brutalmente na madrugada de terça-feira (14) no ramal do Alemão participaram de velório na sede da OAB Amapá e depois do sepultamento com muita tristeza nos olhos (KAISER, Jornal do Dia, 17 de Fevereiro de 2012).

IMAGEM 7 – VELÓRIO DA VÍTIMA



Legenda do jornal: corpo de Eliel Rabelo foi velado ontem, na seccional da OAB/AP: sofrimento para familiares e amigos.

Fonte: MENDES, Jornal do Dia, 17 de fevereiro de 2012.

Note-se que a notícia aborda que a morte de Eliel chamou a atenção da população pela brutalidade como foi cometida. Nesse sentido, além da fonte policial, traz-se trechos de falas de familiares próximos que sentem sua perda. Toda essa mobilização de sentimentos é colocada com o intuito de afetar o leitor e passar para ele todos os sentimentos de revolta,

² Segundo Caldeira a *fala do crime* é “(...) todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema (...)” (CALDEIRA, 2000, p. 27).

perda e principalmente desejo de “justiça”. Quando tal discurso é utilizado vemos que o caso tem uma repercussão no meio social que quer acompanhar até o seu desfecho, ou seja, até o acusado “pagar” pelo que cometeu e o jornal também tenta acompanhar e noticiar o desfecho.

Nas notícias sobre latrocínio, então, a vítima toma posição central na narrativa e várias características positivas do morto são exaltadas bem como sua relação com variantes sociais, que, de acordo com análises, tem como três principais: o trabalho, a família e a religião. Ambas podem ser consideradas peças constitutivas do capital simbólico não só da vítima, mas também do criminoso na narrativa. Tais aspectos serão analisados adiante no discurso acusador.

3.3 Discurso acusador

Segundo Misse (2010, p.22), o crime é definido em primeiro lugar no âmbito das moralidades hegemônicas e posteriormente nos códigos jurídicos, ou seja, a definição de crime não é construída de imediato pelas leis, mas perpassa antes por um processo que define legalidade e ilegalidade moralmente na sociedade. Crimes como o jogo do bicho têm menor reprovação moral da sociedade em relação a crimes contra a vida e patrimônio.

O bandido é um “(...) sujeito criminal que é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis (...)” (MISSE, 2010, p. 17). O criminoso passa por um processo de sujeição criminal que representa-o como pertencente a um mundo à parte, o mundo do crime.

(...) o crime não existe nem no evento nem em seu autor, mas na reação ao evento e ao autor, poderemos compreender melhor como se dá o processo como um todo. A acusação social que constrói o criminoso (...) é sempre resultante de uma interpretação contextualizada, entre agentes, de cursos de ação cujo significado “normal” ou “desviante” se produz nesse mesmo processo e não antes dele (MISSE, 2010, p. 22).

Tal sujeição inclui a atribuição de rótulos, como o rótulo de bandido, e estigmatização do sujeito criminalizado.

O rótulo “bandido” é de tal modo reificado no indivíduo que restam poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada. Assim, o conceito de sujeição criminal engloba processos de rotulação, estigmatização e tipificação numa única identidade social,

especificamente ligada ao processo de incriminação e não como um caso particular de desvio (MISSE, 2010, p.23).

A propósito, Foucault afirma, com relação ao poder estatal sobre o corpo dos condenados, que entre 1830 e 1848 ocorreu o desaparecimento dos suplícios, ainda que de maneira fragmentada, em que amenizou-se a punição. Isto, segundo o autor, foi visto durante muito tempo como um sinal de mais respeito à humanidade do acusado, mas o que ocorreu, no entanto, foi na mudança do objeto da ação punitiva. A punição, então, não é mais dirigida ao corpo, mas à alma.

(...) o objeto “crime”, aquilo a que se refere a prática penal, foi profundamente modificado: a qualidade, a natureza, a substância, de algum modo, de que se constitui o elemento punível, mais do que a própria definição formal. A relativa estabilidade da lei obrigou um jogo de substituições sutis e rápidas. Sob o nome de crimes e delitos, são sempre julgados corretamente os objetos jurídicos definidos pelo Código. Porém julgam-se também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos de meio ambiente ou de hereditariedade (FOUCAULT, 1987, p. 21).

Introduz-se no julgamento as “circunstâncias atenuantes” que nada mais é do que o conhecimento produzido sobre o acusado para a atribuição jurídica das responsabilidades. Assim, três elementos permitiram estabelecer o julgamento como verdade: o conhecimento da infração, conhecimento do criminoso e o conhecimento da lei (Cf. FOUCAULT, 1987).

Assim, o discurso acusador consiste em direcionar as atenções, a culpa e as responsabilidades do crime ao acusado/infrator. O crime, então, muitas vezes, é colocado em segundo plano, e é dado espaço para a abordagem do comportamento, da sociabilidade, dos antecedentes do criminoso, etc, que caracterizam aspectos do processo de sujeição criminal ao mesmo tempo que “(...) busca-se através da razão instrumental identificar no transgressor motivos e explicações que o levaram à transgressão” (MISSE, 2008, p. 15).

Sendo assim, num processo jurídico pautado na sujeição criminal pune-se um sujeito do crime e não somente o crime em si.

Na modernidade, a acusação se emancipa da transgressão (que se torna no mínimo moralmente ambivalente ou duvidosa) para se dirigir à subjetividade do transgressor, à sua desnormalização, à sua incivilidade, às suas “fraquezas”. Ao investir no acusado uma posição de fraqueza (moral, social, de caráter), aumenta-se o investimento de poder do acusador (MISSE, 2008, pp.16-17).

Nesse sentido, dentro da narrativa das notícias observou-se a presença de variantes sociais que configuram em capital simbólico tanto para vítima como para o acusado: o trabalho, a família e a religião.

Começaremos a abordar, então, o capital simbólico religioso que, apesar das mudanças na percepção desta e continua tendo peso nas questões ligadas ao fenômeno criminal. Como foi abordado anteriormente, o crime é produzido penalmente depois de ter sido produzido no plano das moralidades. A religião, então, faz parte do processo de sujeição criminal dos acusados e que também está presente no discurso empregado nos jornais, como podemos notar no editorial intitulado: “A arte de roubar”.

Pelos maus hábitos e falta de referência do que seja ética, honradez, valores familiares e verdadeiros valores religiosos, o furto, roubo ou assalto tornaram-se mais que um pecado condenado em todas as civilizações. Tornou-se uma arte. Grosseria muitas vezes, refinadas outras. Mas, que ninguém esqueça: seja o que for, furtar, roubar, apropriar-se do que não é seu é pecado e crime, também (Diário do Amapá, 31 de Janeiro de 2012).

Os editoriais têm por característica não possuir autoria e, em tese, apresentam uma ideia apoiada pelo jornal, enquanto que os artigos de opinião possuem autoria, e segundo a política de publicação dos jornais, são de inteira responsabilidade do autor (ERBOLATO, 2001). Ambos, no entanto, expressão ideias bastante claras e firmes sobre determinados assuntos, dentre eles a violência.

Esse editorial demonstra que há apelo à questão moral atrelada à noção de pecado. O crime além de estar na esfera da ilegalidade, também está na esfera do pecado e da imoralidade, que perpassa por “valores herdados da igreja e da família” enquanto instituições atreladas à produção à reprodução da moralidade.

Mas, com relação à maioria das matérias, fazendo-se uma comparação entre a vítima e o acusado no que toca ao capital simbólico religioso, notamos que as notícias atribuíam esse capital para vítima e deixavam de atribuí-lo ao acusado. Como podemos observar nas matérias abaixo que noticiam o mesmo caso, dentre as características da vida da vítima deu-se destaque justamente para a sua religião.

O evangélico Emilson Freitas de Souza, 21 anos, desta quarta-feira, 11, no Centro de Terapia Intensiva (CIT) do Hospital de Emergências de Macapá (HEM) onde ele estava internado há oito dias vítima de pauladas. Segundo a polícia, Emilson foi atacado por uma gangue no final da madrugada do dia 3 deste mês quando ele saía de sua casa, no bairro das Pedrinhas, para o trabalho. O rapaz fora cercado por pelo menos sete elementos que teriam

anunciado um assalto. Emilson, conforme testemunhas, teria reagido. A vítima levou várias pauladas, principalmente, na região da cabeça. Após o massacre eles fugiram deixando o evangélico agonizando no meio da Avenida Equatorial. O socorro foi acionado em seguida levando Emilson para o Hospital de Emergências onde foi atendido e depois de vários exames acabou sendo internado em estado de coma no CTI. A polícia já tem a identificação de pelo menos dois dos suspeitos de integrar a quadrilha de assaltantes (CARLOS, Diário do Amapá, 13 de Abril de 2012).

Morreu por volta das 05h00min da tarde da última quarta-feira, no H.E, o evangélico Emilson Freitas de Souza (21), que residia na Av. Equatorial, 1665, Pedrinhas. Ele foi vítima de pauladas, cujo delito foi praticado por uma quadrilha composta de seis elementos, que por volta das 05h30min da manhã do dia 3 deste mês, aproveitando que ele saía da casa dele para trabalhar, tentaram assaltar o mesmo, que reagiu e por isso foi espancado. O certo é que após oito dias internado, o Emilson acabou não resistindo. A polícia já sabe que entre os acusados, dois foram identificados por uma testemunha do crime. Eles são conhecidos por “Perninha” e “Gilson” (CARLOS, Jornal do Dia, 13 de Abril de 2012).

Outro capital simbólico bastante presente nas notícias é o familiar. Relacionar positivamente determinada pessoa à sua família é, de certa forma, atrelá-la a valores morais que emanam dessa instituição. Nos casos analisados, no entanto, apenas à vítima foi atribuído esse capital simbólico, como nas notícias já mencionadas:

QUADRO 2 – TÍTULOS DE NOTÍCIAS SOBRE LATROCÍNIOS COM RELAÇÃO AO CAPITAL SIMBÓLICO FAMILIAR

Título	Jornal	Data de publicação
Comerciante de 66 anos é assassinado durante assalto no Buritizal: João Oliveira de Azevedo, de 66 anos, foi morto com um tiro no peito dentro do seu estabelecimento comercial, o crime foi executado por uma dupla que fugiu em uma moto preta.	A Gazeta	18 de Agosto de 2012
Morte de advogado pode ter ligação com latrocínio.	Jornal do Dia	17 de Fevereiro de 2012

E nos trechos do editorial e do artigo de opinião:

Pelos maus hábitos e falta de referência do que seja ética, honradez, valores familiares e verdadeiros valores religiosos, o furto, roubo ou assalto tornaram-se mais que um pecado condenado em todas as civilizações, (Diário do Amapá, 31 de Janeiro de 2012).

A invasão criminosa das casas de pessoas simples, de famílias trabalhadoras, de gente que luta para conseguir sobreviver com dignidade, é uma das faces

perturbadoras da violência, pois, caso não haja uma resposta adequada do poder público, acabará estimulando a sociedade a também responder de forma violenta aos seus agressores, (RAMALHETE, Jornal do Dia. 5 de Janeiro de 2012).

No último texto uma expressão e uma palavra chamam a atenção: “famílias trabalhadoras” e “dignidade”. O trabalho sempre esteve atrelado à noção de dignidade e, conseqüentemente, a uma posição social valorizada pelo sistema capitalista como afirma Bauman:

A exclusão do trabalho é vivida mais como uma condição de “superfluidade” que como a condição de alguém que está “des-empregado” (termo que implica um desvio a regra, um inconveniente temporário que se pode – se poderá - remediar); equivale a ser recusado, marcado como supérfluo, inútil, inábil para o trabalho e condenado a permanecer “economicamente inativo”. Ser excluído do trabalho significa ser eliminável (e talvez eliminado definitivamente), classificado como descarte de um “progresso econômico” que afinal e reduz ao seguinte: realizar o mesmo trabalho e obter os mesmos resultados econômicos com menos força de trabalho e, portanto, com custos inferiores aos que antes vigoravam (BAUMAN, 2009, pp. 23-24).

Como afirma Bauman, não ter emprego é um “desvio a regra” de estar empregado, no entanto, segundo Forrester (1997), o emprego na sociedade atual não é um privilégio de todos, não há empregos suficiente para todos. O trabalho, como mostrado pelos dois autores, muito mais do que um simples meio de sobreviver, é parte constituinte essencial do que no sistema capitalista concebemos por “direito à vida”.

Aquele que não trabalha é considerado supérfluo, passível de ser enquadrado na categoria das “classes perigosas” e ser descartado pela sociedade. Essa visão opera hierarquicamente com “graus de superfluidade”, assim, nesse caso, é como se um trabalhador informal possuísse maior utilidade do que um desempregado e este, por sua vez, fosse mais “aceitável socialmente” do que o criminoso que reúne uma série de características negativas, porém ambos possuem graus de superfluidade.

Essa relação estabelecida entre desempregados, supérfluos e criminosos abordada por Bauman é claramente demonstrada no artigo de opinião a seguir:

Conheço uma moça muito inteligente e simpática, que sonha em trabalhar com hotelaria. Mostrando sua sensatez e entusiasmo, ela resolveu se apresentar em um hotel, munida de currículo, procurando um trabalho que a fizesse conhecer a área antes de começar uma faculdade. Afinal, sabemos todos que a teoria, na prática, é outra.

O dono do hotel, encantado com a disposição da moça, escreveu no currículo uma ordem para que ela fosse contratada e encaminhou-a ao setor de pessoal. O chefe do departamento de pessoal, contudo, impediu a contratação. Não para desautorizar o chefe, mas simplesmente porque faltam três meses para que ela complete 16 anos. A moça ainda está proibida de trabalhar honestamente.

Se, ao invés de procurar uma entrada na área a que deseja se dedicar profissionalmente, a moça houvesse resolvido vender drogas, não seria presa. Se roubasse, tampouco. Na tevê e na escola, a propaganda lhe diz que “use camisinha” (ou seja, seja sexualmente ativa) e tenta vender-lhe bugigangas.

O jovem é tratado como incapaz de trabalhar e de tomar decisões conscientes, mas ao mesmo tempo é instado a “divertir-se” e a consumir freneticamente. Consumir sexo, consumir shows, consumir filmes, telefones e computadores (RAMALHETE, Jornal do Dia, 05 de Janeiro de 2012).

Na coluna acima podemos perceber além da categoria trabalho, faz-se referência aos aspectos de *sexo e idade* que trabalhamos anteriormente, além de drogas e crimes, os mais diversos.

Estas classificações remetem ao *outsider*, categoria analisada por Becker (2008) que consiste em um indivíduo ou grupo que é visto pela sociedade como desviante, ou seja que possui algum tipo de desvio social. O fato é que todas as classes perigosas, inclusive os criminosos, se encaixam na categoria de *outsider*:

(...) o grau em que uma pessoa é outsider, (...) varia caso a caso. Encaramos a pessoa que comete uma transgressão no trânsito ou bebe um pouco demais numa festa como se, afinal, não fosse muito diferente de nós, e tratamos sua infração com tolerância. Vemos o ladrão como menos semelhante a nós e o punimos severamente. Crimes como assassinato, estupro ou traição nos levam a ver o transgressor como um verdadeiro outsider (BECKER, 2008, p. 16).

Para análise da categoria *outsider*, Becker fez parte de sua pesquisa com músicos de casas noturnas. Esses profissionais, apesar de desempenharem seus trabalhos de forma legal e possuírem certa estabilidade profissional, eram considerados desviantes pela sociedade que pesquisou. Está claro, então, que há uma certa relação entre as percepções de dignidade e de trabalho que constituem-se essenciais no processo de rotulação de quem é desviante ou não. Contribuindo, assim, para a compreensão do processo de rotulação do criminoso.

A posição de determinado indivíduo dentro da sociedade pode ter relação com o capital simbólico que o mesmo possui. Apesar de vendedores ambulantes ainda sofrerem rotulações, a sua posição na sociedade está bem acima de um criminoso, pois este, mesmo que, às vezes, não tenha seu trabalho regularizado pelo Estado, e assim ser considerado um

outsider, possui um trabalho. Já o criminoso não contribui para o sistema capitalista, não trabalha, e é visto como um sujeito inútil que além de tudo causa problemas para a sociedade.

Isso se reflete no fato de que ao indivíduo considerado desviante dificilmente é dado o espaço para que ele possa representar a partir de sua percepção os seus atos. Em nenhuma das matérias se encontrou trechos de entrevistas com acusados e falas dos mesmos. Podia-se ver no decorrer da narrativa dos fatos que os mesmos haviam declarados seus crimes; ou apontado onde estavam os produtos do crime ou seus “comparsas”, mas estas declarações provinham de entrevistas feitas com os policiais. No outro extremo do caso, havia transcrições de falas das vítimas ou de familiares das mesmas.

Ao estudar fenômenos relacionados ao desvio, no entanto, temos que ter cuidado para não cair em certas armadilhas como afirma Becker que um das maiores dificuldades da pesquisa com desviantes é que “(...) as personagens do drama sociológico do desvio, mais ainda que as de outros processos sociológicos, parecem ser heroínas ou vilãs. Expomos a depravação de desviantes ou expomos a depravação daqueles que lhes impõem as regras” (BECKER, 2008, p. 177). O crime como desvio subtende tratar esse fenômeno dentro de perspectivas interacionistas e mudar o foco das abordagens para um caráter mais geral do que a questão de quem comete o crime.

Nesse sentido, a sujeição criminal presente nos jornais possui um aspecto muito relevante: os antecedentes criminais é apresentado ao leitor como a carreira no “mundo do crime” do acusado e, com relação às vítimas (principalmente nos casos de latrocínios), a conduta social das mesmas, que como mostrado perpassam pelo fato de possuírem trabalho. Como apresentado na matéria a seguir:

Acabou de maneira trágica a história do bandido considerado o “terror” do bairro Jardim Felicidade. Luciano Aguiar da Silva, mais conhecido como “Biubiu”, de 18 anos, foi cercado na última quarta-feira (25) após um assalto e acabou morrendo minutos depois de dar entrada no Hospital de Emergências (HE). Ele chegou a trocar tiros com uma guarnição do Batalhão de Operações Especiais (Bope) em uma área conhecida como “Ponte do Jarbas”, no bairro Jardim Felicidade 2, zona norte de Macapá.
(...)

Histórico criminal

Luciano Aguiar da Silva, o “Biubiu”, era considerado pela polícia como um elemento de alta periculosidade por usar de violência e ameaçar as vítimas durante suas ações. Ele teria iniciado a sua vida pregressa no mundo do crime ainda na adolescência, quando realizou inúmeros assaltos, tendo, inclusive, sido internado por várias vezes no Centro Sócio Educativo de Internação (Cesein), de onde sempre conseguia fugir. Há cerca de dois meses, “Biubiu”, que já havia completado a maioridade, foi preso acusado

de vários roubos que ocorreram na zona norte de Macapá e foi encaminhado para o Instituto de Administração Penitenciária (Iapen), onde passou dois meses preso e saiu recentemente. Ele foi apontado por várias vítimas que compareceram no Centro Integrado em Operações de Segurança Pública (Ciosp) do Pacoval, como sendo o responsável por inúmeros assaltos que aconteceram em farmácias, postos de combustíveis e em residências do bairro Jardim Felicidade 2, onde ele costumava atuar (LEITE, A Gazeta, 27 de Julho de 2012).

No texto acima há um tópico específico para tratar do histórico criminal do acusado morto em trocas de tiro com a polícia. Nota-se a construção de um indivíduo de “alta periculosidade”, “(...) bandido considerado o “terror” do bairro Jardim Felicidade” (FIM DE LINHA..., A Gazeta, 27 de Julho de 2012), que apesar de ser jovem já possuía uma “ficha” de crimes extensa e que desde a adolescência havia ingressado no “mundo do crime”. O indivíduo, tratado pelo seu apelido “Biubiu”, é representado no texto com todas as características da categoria “bandido”: um sujeito criminal que por sua superfluidade, periculosidade, anormalidade e falta de freios morais³ é alguém “matável”, assim a polícia teria dado apenas um fim à essa história de crimes, como a frase “fim de linha” do título indica.

Em casos como esse os antecedentes contribuem para a legitimação da prática policial e construção do sujeito matável enquanto alguém “atuante” no mundo do crime, assim, mais uma vez, é ressaltada a noção de que não é a transgressão em si que deve ser punida, mas o sujeito que a cometeu. Em todo caso, como afirma Bauman esse cenário atual “(...) parece um universo em que ‘policiais-cães de fila’ protegem ‘cidadãos-ovelhas’ de ‘criminosos-lobos’” (BAUMAN, 2009, p. 56).

³ Essas perspectivas são ressaltadas em um trecho que narra o assalto que o acusado teria realizado: “O dono da residência chegou a sofrer agressões físicas como socos e chutes dos assaltantes, que exigiam dinheiro e objetos de valores. “Biubiu” tentou abusar sexualmente de uma das filhas da vítima, passando inclusive as mãos sobre o corpo da menor” (FIM DE LINHA..., A Gazeta, 27 de Julho de 2012)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou apenas um pequeno recorte da problemática das representações da criminalidade no campo jornalístico fruto de um processo reflexivo da relação com sociedade tendo em vista que a criminalidade patrimonial urbana é alvo de grandes preocupações com relação à segurança do indivíduo e de sua propriedade ganhando espaço nos cadernos policiais.

A complexidade do processo de produção das representações, levando em conta o campo jornalístico e os atores sociais, revela discursos presentes nos elementos narrativos das matérias.

Os resultados do trabalho apontam para algumas das características dessas representações: a) os atores sociais (acusados e vítimas) possuem capitais simbólicos (religioso, familiar e do trabalho) distribuídos de maneira distinta; b) existem processos de acusação e incriminação que produzem a sujeição criminal do acusado; c) alguns dos elementos desses processos são os antecedentes criminais, imagens que expõem os acusados e até seus apelidos que o “atrelam ao mundo do crime”; d) são atribuídos às vítimas elementos enaltecendores de suas qualidades em contraposição ao acusado; e) as narrativas são construídas contendo elementos referentes à banalização da violência e o medo social, além da espetacularização presente na dramaticidade dos acontecimentos e exposição de vítimas e acusados.

As construções das narrativas sobre furto, roubo e latrocínio se caracterizam em duas variantes quanto os crimes são de furto e roubo. Os discursos são desenvolvidos sobre os acusados, assim, suas identifica-se por: idade, sexo, apelidos e nomes. Nesse contexto os nomes dos possíveis acusados nem sempre tem o papel principal já que o seu reconhecimento dentro da sociedade e no “mundo do crime” se constitui com maior eficácia quando se usa o apelido. Dessa forma, o estigma, etiquetamento e rotulação de desviante são aplicadas com sucesso. Tanto que os acusados são mais conhecidos pelos seus apelidos do que pelo seu próprio nome, entretanto nestes discursos tem percepções problematizadora e acusador dentro das narrativas, para tanto o fenômeno da violência criminal ganha cada vez mais espaços nos jornais, sendo assuntos propagados em todos os tipos de conversas, comentários, debates e brincadeiras que a violência é discutida em todas as classes, em todos os ambitos da sociedade.

Já quando o crime é de latrocínio o discurso se reverteu e toma outros contornos dentro das narrativas aqui o acusado fica em segundo plano e a vítima tem o papel principal na construção dos discursos, assim, o jornalista busca traçar os projetos e planos de vida da vítima. O redator vem a relatar todos os sonhos da vítima, e tem na figura de um todos familiares ou um amigo que venha narrar os sonhos e projetos dele para assim as narrativas causaram sensibilidade e comoção social nos seus leitores. Por fim, se constrói conta-se os acusados um discurso punitivo controlador, porque esse indivíduo é culpado e cruel; deve pagar perante a sociedade pelas suas ações. Busca-se se enfim a desumanização desse indivíduo.

Por fim, acreditamos que mesmo que sendo um pequeno recorte desse fenômeno contribuimos em profundidade para o debate mais abrangente das representações da violência.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Tradução Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Edusp, 2000.

CARDOSO, Luís Roberto Cardoso de. Existe Violência sem Agressão Moral?. Trabalho apresentado em **Estado, Violência e Cidadania na América Latina: Jornadas Interdisciplinares**, realizadas na Freie Universität Berlin, Alemanha, entre 23 e 25 de Junho de 2005.

CERQUEIRA, Rafael Torres de; NORONHA, Ceci Vilar. Escrito em vermelho: a construção do discurso jornalístico sobre a criminalidade e linchamento no jornal. **Caderno CRH**, Salvador, v.19, n.47, p. 247-258, maio/agosto de 2006.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução Eduardo Brandão. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de Codificação em Jornalismo. Redação, captação e edição no jornal diário**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

IANNI, Octávio. Violência na Sociedade Contemporânea. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, nº 12, 2002, p. 7-28.

MACHADO DA SILVA, L. A. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: RIBEIRO, L. C. (org.). **Metrópoles: entre a cooperação e o conflito**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. Disponível em: <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/>.

MICHEL, Foucault. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

MISSE, Michel. **Crime, Sujeito e Sujeição Criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “Bandido”**. São Paulo: Lua Nova, 79: 15-38, 2010.

_____ **Cinco Teses Equivocadas sobre a Criminalidade Urbana no Brasil.** Exposição apresentada à Mesa- Redonda: “Violência no Público e no Privado”, no Seminário “Violência ou Participação Social no Rio de Janeiro”, realizado em 17-4-1995 no IUPERJ.

_____ **Crime e pobreza, velhos enfoques, novos problemas.** Trabalho apresentado no seminário Brasil em perspectiva: os anos 90. Laboratório de Pesquisa Social do Departamento de Ciências Sociais do IFCS – UFRJ, em 26-8-1993.

_____ **Acusados e Acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações.** Rio de Janeiro: Revan, 2008.

_____ **Crime Urbano, Sociabilidade Violenta e Ordem legítima.** Comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva. Trabalho apresentado no VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, agosto de 1997.

NETO, Francisco Linhares Fonteles. **Crimes impressos: a imprensa como fonte de pesquisa para a história social do crime.** ANPUH-XXV Simpósio Nacional De História, Fortaleza, 2009. Disponível em: Anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUD.S25.1062.PDF. Acesso em: 16/02/2013.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea.** Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 152-171.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIFIOTIS, Theophilos. **Nos campos da violência: diferença e positividade.** Texto apresentado no Seminário Linguagens da Violência. Rio de Janeiro, UFRJ, 1995.

SÁNCHEZ, Beatriz Adriana Komavli de. **Uma abordagem discursiva do colarinho branco.** Trabalho apresentado em Jornadas de Estudo de Linguagem, Rio de Janeiro: 2005. Disponível em: www.pgletras.uerj.br/linguistica/textos/livro02/LT02_a02.pdf. Acesso em: 10/05/13.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1., p. 53-84. Jan/jun. 2004.

WIEVIORKA, Michel. **O novo paradigma da violência.** Tempo social, VER. SOCIOL. USP, S. PAULO. 9(1): 5-41, maio de 1997.

ZALUAR, Alba. **Oito Temas Para Debate: Violência e segurança pública.** Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 38, 2002, pp. 19-24.

FONTES DOCUMENTAIS:

CALANDRINI, Anderson. **Bandidos assaltam joalheria e na fuga fazem reféns para tentar escapar da PM.** Jornal do Dia, 17 de Agosto de 2012.

CARLOS, Elden. **Bandidos fazem assalto cinematográfico dentro de agência da Superfácil.** Jornal Diário do Amapá, 02 de Fevereiro de 2012.

CARLOS, Elden. **Bandidos assaltam prédio a 100 metros da Secretaria de Segurança Pública.** Jornal Diário do Amapá, 15 de Março de 2012.

CARLOS, Elden. **Evangélico atacado por gangue morre após três dias de internação.** Jornal Diário do Amapá, 13 de Abril de 2012.

CARLOS, Elden. **Gerente de empresa perde R\$ 43 mil em assalto.** Jornal Diário do Amapá, 12 de Julho de 2012.

CARLOS, Elden. **Orgia trio faz sexo por duas horas e a saída assalta motel.** Jornal Diário do Amapá, 06 de Dezembro de 2014.

KAISER, Alyne. **Morte de Advogado pode ter ligação com o crime de latrocínio.** Jornal do Dia, 17 de Fevereiro de 2012.

LEITE, Ailton, **Quadrilha rouba R\$ 10 mil de mulher em salão de beleza: A polícia prendeu quatro suspeitos de participar do assalto e recuperou a bolsa e uma parte o dinheiro roubado.** Jornal A Gazeta, 15 e 16 de Julho de 2012.

LEITE, Ailton, **Quadrilha rouba R\$ 100 mil de funcionário na porta da empresa.** Jornal A Gazeta, 07 de Dezembro de 2012.

LEITE, Ailton. **Ancião de 75 anos é espancado até a morte por assaltantes.** Jornal A Gazeta, 02 de outubro de 2012.

LEITE, Ailton. **Assaltantes fazem reféns e morrem após confronto com o Bope.** Jornal A Gazeta, 04 de Setembro de 2012.

LEITE, Ailton. **BEN 9; Acusado de matar vigilante no cemitério é apreendido durante a madrugada.** Jornal A Gazeta, 12 e 13 de agosto de 2012.

LEITE, Ailton. **Comerciante de 66 anos é assassinado durante assalto no Buritizal.** Jornal A Gazeta, 18 de Agosto de 2012.

LEITE, Ailton. **Fim da linha.** Jornal A Gazeta, 27 de Julho de 2012.

LEITE, Ailton. **SAIDINHA DE BANCO; Assaltante apanha de populares após roubar R\$ 50 mil de casal no centro de Macapá: Em outro assalto, quatro bandidos roubaram R\$ 45 mil reais de uma agência dos Correios localizada no Zerão.** Jornal A Gazeta, 15 de Agosto de 2012.

NETO, Bolero. **Assaltantes roubam mais de R\$ 25 mil de um posto de combustível.** Jornal do Dia, 01 de Agosto de 2012.

NETO, Bolero. **Empresária perde 15 mil reais para dois assaltantes.** Jornal do Dia, 22 de Março de 2012.

NETO, Bolero. **Estatísticas revelam o aumento da violência do Estado.** Jornal do Dia, 19 e 20 de Agosto de 2012.

NETO, Bolero. **Assaltos crescem e causam pânico a população.** Jornal do Dia. 18 de Agosto de 2012.

NETO, Bolero. **Evangélico vítima de assalto morre no H.E de Macapá.** Jornal do Dia, 13 de Abril de 2012.

NETO, Bolero. **Virou moda: mais um assalto á residência.** Jornal do Dia, 20 de janeiro de 2012.

NETO, Bolero. **Populares prendem e espancam homem acusado de matar uma mulher em latrocínio.** Jornal do Dia, 11 de abril de 2012.

RAMALHETE, Carlos. **Faces da violência,** Jornal do Dia, 05 de Janeiro de 2012.

RAMALHETE, Carlos. **Roubar pode, já trabalhar...** Jornal do Dia, 05 de Janeiro de 2012.

EDITORIAL:

A arte de roubar. Jornal Diário do Amapá, 31 de Janeiro de 2012.